

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

ISABEL CRISTINA DE VARGAS

**EFEITOS DO CRUZAMENTO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA VIDA DE
TRABALHADORAS DE UM EMPREENDIMENTO DE RECICLAGEM: uma leitura
através da interseccionalidade**

São Leopoldo

2019

ISABEL CRISTINA DE VARGAS

EFEITOS DO CRUZAMENTO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA VIDA DE
TRABALHADORAS DE UM EMPREENDIMENTO DE RECICLAGEM: uma leitura
através da interseccionalidade

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese

São Leopoldo

2019

V297e Vargas, Isabel Cristina de.
Efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe na vida de trabalhadoras de um empreendimento de reciclagem : uma leitura através da interseccionalidade / Isabel Cristina de Vargas. – 2019.
99 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestre) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2019.

“Orientadora: Profa. Dra. Marília Veríssimo Veronese.”

1. Interseccionalidade. 2. Cooperativismo. 3. Gênero. 4. Raça. 5. Classe. I. Título.

CDU 3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecária: Amanda Schuster – CRB 10/2517)

ISABEL CRISTINA DE VARGAS

EFEITOS DO CRUZAMENTO DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA VIDA DE
TRABALHADORAS DE UM EMPREENDIMENTO DE RECICLAGEM: uma leitura
através da interseccionalidade

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais, pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -
UNISINOS

Aprovado em 25 de Abril de 2019

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr. Laura Cecília Lopez – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^ª. Maria de Lourdes Borges – Universidade La Salle

Dedico às mulheres fortes que cruzaram o meu caminho.
Mas, sobretudo àquelas mulheres que ainda não
descobriram a sua força.

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão.

À Sandra, minha mãe, que não está neste plano, mas tenho certeza, me acompanhou nesta jornada, pois sempre lutou para que pudéssemos alcançar nossos sonhos.

Aos meus irmãos Rafael, Cássio, Paulo e Vitor pela parceria nesta vida tão dura.

Aos meus tios Paulo e Bibiana, por me tomarem como filha e me apoiarem sempre.

À minha melhor amiga e irmã Sirlanda pela generosidade e afeto.

A minha companheira Marlise que chegou no final deste processo, mas que buscou me apoiar e compreender os desafios de construir uma vida juntas.

À minha amiga Ana Mattos, o presente que a Unisinos me deu, pelo apoio e incentivo nos momentos de incertezas.

Às minhas cunhadas Karina e Daniela por se tornarem as irmãs que sempre precisei.

Aos meus sobrinhos Rafaela, Helena e Dylan por me despertar a esperança de um futuro com mais amor e alegria.

Às colegas Kellen, Manuéli, Thainá, Luiza, Suelen, Anelise e Thaís pelas trocas de experiências e energias.

Ao grupo de Pesquisa em Economia Solidária pela possibilidade de trocas e aprendizado constantes.

A todas as mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem Frederico Mentz pela honra de participar de suas trajetórias.

À Núbia, coordenadora da UT Frederico Mentz, pela confiança e generosidade.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), pelo apoio financeiro e institucional. Sem este, não teria sido possível a realização desta pesquisa.

À minha orientadora, Marília Veronese, pela generosidade, parceria e escuta sempre atenciosa.

À professora Nara Grivot por me orientar na graduação e por possibilitar o ingresso na pesquisa com trabalhadores (as) da reciclagem em Porto Alegre.

À professora Laura Lopez por me apresentar à interseccionalidade e expandir minha percepção sobre feminismo.

A todas as feministas, que antes de mim lutaram tendo como princípio a verdadeira solidariedade entre as mulheres.

A vocês, meu amor eterno.

“Classe não é um conceito novo e raça também não é novo. Porém, continuamos a debater e falar sobre esses assuntos, então, o que há de tão incomum no fato da interseccionalidade não ser um conceito novo? Por esse motivo não deveria haver razões para falar sobre isso? A interseccionalidade chama a atenção para invisibilidades que existem no feminismo, na luta contra o racismo, nas políticas de classe, então, obviamente é preciso muito trabalho, já que somos constantemente desafiados para estar atentos aos aspectos do poder que não fazem parte de nossas experiências pessoais”. Mas, ela enfatiza, esse tem sido o projeto do feminismo negro desde seu início: chamar a atenção para as lacunas, para as maneiras que “as mulheres de cor são invisíveis na visão geral”.

Kimberlé Crenshaw

RESUMO

Esta pesquisa retoma questões sobre o cruzamento de gênero, raça e classe no contexto de um empreendimento de reciclagem de resíduos sólidos, no município de Porto Alegre/RS, Brasil. Através de estudo de caso, buscou-se aprofundar a compreensão da rotina e experiências de vida de cinco mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem Frederico Mentz, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica. O conceito de interseccionalidade foi usado formalmente, pela primeira vez, no ano de 1989, pela jurista feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw e se expandiu sobretudo através de intelectuais e militantes do feminismo negro. Além de uma simples definição, a interseccionalidade se transforma em um instrumento de luta política. De acordo com Patrícia Hill Collins, ela é ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma arma política. A produção dos dados foi possível através de observação participante da rotina de trabalho, das reuniões organizativas e atividades de integração. A utilização de entrevista semiestruturada e conversas informais possibilitou o acesso às experiências pessoais, assim como às relacionadas ao trabalho, levando em conta as especificidades do trabalho cooperativado. A inserção no trabalho cooperativo ou associativo se apresenta como alternativa para geração de renda e potência na luta pela superação das desigualdades sociais, abrindo as portas para mulheres pobres e negras, que não encontram oportunidades em outros espaços de trabalho. As cooperativas de reciclagem compõem o segmento da Economia Solidária, assumindo a responsabilidade de proporcionar a seus associados um espaço político, de inclusão social e que pretende atuar de forma solidária e autogestionária.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Cooperativismo. Gênero. Raça. Classe

ABSTRACT

This research return to questions about crossing gender, race and social classes in the context of solid waste recycling business, in Porto Alegre city, RS, Brazil. Through a case study, it was sough to deepen the comprehension of routines and life experiences of five workers women from Frederico Mentz Screening Unity, using intersectionality as an analytical tool. The American feminist lawyer Kimberlé Crenshaw formally used the concept of intersectionality at the first time in 1989, but it expanded particularly through the work of intellectuals and militants of black feminism. Beyond a simple definition, the intersectionality turns into an instrument of political struggle. According to Patricia Hill Collins it is at the same time a project of knowledge and a political weapon. The data production was possible due to an active work at the field, observing the routine job of the workers, planning meetings and other integrated activities. The utilization of well-structured interviews and informal conversations make possible the access to personal experiences, as the work related, considering the cooperative work specificities. The insertion on cooperative or associative work, appears as alternative for the income generation and potency in the struggle against social inequality, opening doors for black and poor women that do not find opportunities in another workspaces. The cooperative of waste recycling make up the segment of Solidarity Economy, assuming the responsibility of providing its members a political space, with social inclusion and that intend to acting in a solidary and self-management way.

Key-words: Intersectionality. Cooperativism. Gender. Race. Social Class.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015.....	35
Gráfico 2 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade ocupada que realiza afazeres domésticos, por sexo e faixa de renda no trabalho principal – Brasil, 2015.....	36
Gráfico 3 – Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015.....	37
Gráfico 4 - Distribuição percentual da população residente, segundo a cor ou raça – Brasil 2000/2010.....	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Entrevistadas.....	54
Tabela 2 - Unidades de Triagem no município de Porto Alegre.....	59
Tabela 3 - Material distribuído entre todas 17 Unidades de Triagem.....	65

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Mapa da localização do terreno da Unidade de Triagem Frederico Mentz	61
Fotografia 2 – Esteira mecânica.....	61
Fotografia 3 – Gaiola com materiais da Coleta Seletiva.....	62
Fotografia 4 – Bag's e tonéis com resíduos triados.....	62

LISTA DE SIGLAS

ES	Economia Solidária
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MNCR	Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
UT	Unidade de Triagem

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INSERÇÃO DE TRABALHADORES (AS) NO CAMPO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO BRASIL.....	18
2.1 MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – UM MOVIMENTO SOCIAL.....	18
2.2 ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA RECICLAGEM EM COOPERATIVAS, CONSTITUINDO-SE COMO EMPREENDEIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS.....	23
3 INSERÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS	30
3.1 MULHERES TRABALHADORAS NA RECICLAGEM DE RESÍDUOS: LUTAS E CONQUISTAS.....	30
4 BRASIL: A INTERSECCIONALIDADE PASSO A PASSO COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES.....	39
4.1 INTERSECCIONALIDADES E A QUEBRA DE PARADIGMA DA MULHER UNIVERSAL.....	44
5 CAMPO EMPÍRICO E PERCURSO METODOLÓGICO	48
5.1 INSERÇÃO DA PESQUISADORA NO CAMPO EMPÍRICO E PERCURSO METODOLÓGICO.....	48
5.2 RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PIONEIRISMO E MUDANÇA DE PARADIGMAS	54
5.2.1 Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) – Unidade de Triagem Frederico Mentz	58
6 EFEITOS DAS DESIGUALDADES NA VIDA DAS TRABALHADORAS, SOB O PRISMA DA INTERSECCIONALIDADE	65
6.1 O PARDO COMO DILEMA POLÍTICO.....	76
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICE A – TÓPICO GUIA	90
APÊNDICE B – PARDO, PRETO OU NEGRO.....	91

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação se ocupa do trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Pretende mostrar um pouco das experiências de mulheres batalhadoras, que são em sua maioria negras e que lutam diariamente para garantir sua existência. Através do estudo de caso, buscou-se aprofundar a compreensão da rotina da Unidade de Triagem Frederico Mentz. De acordo com Yin (2005), esta estratégia de pesquisa qualitativa possibilita ter acesso a fenômenos atuais, diretamente onde eles ocorrem, alcançando leituras da realidade e das manifestações, diretamente no contexto a qual se pretende investigar. Mas para tanto, é preciso ter uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, em termos de seu contexto sócio histórico.

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social, característica que afeta a maioria da população. Se dá em grande medida pela falta de interesse público de destinar investimentos em áreas sociais, educação, saúde, geração de renda, habitação, cultura etc. A desigualdade social inclui a desigualdade econômica, na qual a concentração das riquezas permanece no poder de algumas poucas pessoas e/ou corporações.

Do outro lado, estão quase 55 milhões de pessoas que não possuem o suficiente para as necessidades básicas, alcançando 7,4% da população brasileira, em 2018 (IBGE, 2018). O passado escravagista que estruturou a sociedade brasileira permanece contribuindo para a manutenção das desigualdades. O pensamento escravocrata herdado pela cultura brasileira marca as relações de classe e gênero que conhecemos hoje (SOUZA, 2017).

Nossa sociedade funciona de acordo com a lógica do mercado capitalista, onde as pessoas precisam ser produtivas e buscar seus sonhos com esforço próprio, individual. A meritocracia é a principal bandeira de *marketing* do capitalismo, considerando que os mais capazes prosperam e alcançam seus objetivos, repudiando os menos “produtivos”. Aqueles que não têm condições de batalhar de forma igualitária são marginalizados, e tratados como rejeito pela sociedade.

Rejeito, em reciclagem, “é o resíduo sólido que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentam outra possibilidade que não a

disposição final ambientalmente adequada” (PNRS, 2012, p. 11). Ou seja, o rejeito é o que não serve, que pode ser descartado definitivamente, pois não apresenta nenhuma possibilidade de gerar dinheiro, lucro ou riqueza.

Após ser descartado, o rejeito é encaminhado aos aterros sanitários, para que possa receber o tratamento indicado na Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Os aterros sanitários são característicos dessa nova Política, implantada em 2010 e que buscou, sobretudo, a extinção de lixões a céu aberto. O lixão era uma montanha de resíduos misturados, que agrupava materiais recicláveis, orgânicos e gente. Gente de todas as idades, que buscava na montanha de lixo algum alimento, roupa, móvel e o que mais fosse útil, incorporando o rejeito à sua existência.

O filme *Ilha das Flores*, de Jorge Furtado, lançado em 1989, demonstra didaticamente a dinâmica do lixo e das gentes que viviam dele na época. Na produção, o rejeito que não servia aos porcos era liberado para as pessoas recolherem; porém, a Ilha das Flores não era das Flores, era dos Marinheiros: Ilha Grande dos Marinheiros, na região do Lago Guaíba.

Essa produção cinematográfica que foi marcante em meus anos escolares e de outras tantas crianças, possui diversas reportagens e depoimentos que afirmam não se tratar de um documentário, mas de um filme. A diferença é que algumas das informações essenciais são manipuladas, como por exemplo, o nome da Ilha, citado acima. Em vídeos¹, encontramos declarações de moradoras da região onde ocorreram as gravações, nos anos 1980, e que afirmam que não foram entrevistadas e que tampouco catavam alimento do lixo.

A resenha acima tem o propósito de elucidar a importância de dar voz àquelas e àqueles no qual pretendemos “usar” como objetos de pesquisa, ou até mesmo de um documentário que retrate suas experiências. Da região das Ilhas do Guaíba vieram a maioria das mulheres e homens que integraram a primeira equipe de trabalhadores da Unidade de Triagem (UT) Frederico Mentz.

Localizada às margens da *Freeway*, a UT Frederico Mentz, no momento de sua fundação, era a unidade modelo do sistema de coleta seletiva da Prefeitura

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kBEnS2GJQH8&pbjreload=10>. Acesso em: 10 de Mar. 2019.; Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Ch-LIsnG9Wc>. Acesso em: 10 de Mar. 2019.

Municipal de Porto Alegre. Toda semana recebia jornalistas, professores e estudantes dos mais diversos cursos de graduação, que buscavam conhecer as entranhas da reciclagem e a atuação das trabalhadoras e trabalhadores daquela unidade.

Foi dessa forma que, através de um Projeto de Extensão Universitária, ingressei na unidade, em 2015. Minha trajetória em Cooperativas de Reciclagem estava recém iniciando, embora tivesse experiência no campo da Economia Solidária. Para além de pesquisadora, minha percepção sobre este espaço e sobre as diversas vidas que ali transitam, passa diversos atravessamentos, onde as experiências são o que tem de mais importante.

Durante o mestrado em Ciências Sociais tive acesso a diversos conceitos e fundamentações teóricas, que possibilitam compreender as dinâmicas sociais atuantes. Ferramentas teóricas e metodológicas precisam ser instrumentos que auxiliem a compreensão das realidades, contudo o essencial deve ser sempre a experiência humana. É através das entrevistas e da autorização para que possamos observar suas vidas e atividades, que aqueles (as) que pretendemos pesquisar enriquecem nossa vida acadêmica.

Eu, enquanto mulher branca, mesmo de origem pobre, tive mais condições de alcançar a tão sonhada vida acadêmica, pois tornar-se psicóloga e “mestra” é algo que está longe da realidade de diversas mulheres. Participar da rotina de algumas delas, que são trabalhadoras e vivem da reciclagem de resíduos, contribuiu para a compreensão da minha experiência de privilegiada.

Através das narrativas das trabalhadoras, foi possível conhecer suas experiências de vida e de luta, e quais enfrentamentos e possibilidades elas encontram no trabalho cooperativo. O conceito de interseccionalidade foi utilizado como ferramenta analítica, a fim de compreender as dinâmicas de gênero, raça e classe que permeiam suas trajetórias. Além de uma simples definição, a interseccionalidade se transforma em um instrumento de luta política, pois é ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma arma política (COLLINS, 2014).

O objetivo geral da pesquisa foi investigar as experiências de vida relacionadas às múltiplas formas de opressão e desigualdades e como elas são percebidas pelas mulheres trabalhadoras da UT Frederico Mentz. Para responder

aos objetivos específicos, buscou-se: a) identificar as principais características das mulheres trabalhadoras da UT; b) compreender como as trabalhadoras inseridas UT percebem as experiências de opressões com o cruzamento de gênero, raça e classe; c) verificar quais estratégias de enfrentamento as trabalhadoras inseridas no cooperativismo utilizam para lidar com as opressões com características interseccionais.

O capítulo 2 traz a inserção de catadores e catadoras no trabalho com a reciclagem de resíduos, mostrando a trajetória do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Abordar a trajetória do MNCR é importante, pois o Movimento luta pelos interesses e direitos das trabalhadoras e trabalhadores que atuam na catação de resíduos na rua e em espaços como associações e cooperativas.

O capítulo 3 descreve a trajetória das mulheres no campo da reciclagem, suas lutas e conquistas, desafios e perspectivas. Este estudo mostra que as mulheres são a maioria no trabalho da reciclagem, em Empreendimentos Econômicos Solidários (cooperativas e associações), tanto no trabalho manual quanto na gestão dos empreendimentos. E ainda, esta pesquisa traz as características comuns às trabalhadoras da reciclagem de resíduos, no Brasil: são em sua maioria, mulheres pobres e negras, com experiências de vida marcadas pelo cruzamento de gênero, raça e classe.

O capítulo 4 resgata a história dos Movimentos de Mulheres no Brasil, a partir dos anos 1970 e a emergência da interseccionalidade, que em paralelo ao Feminismo Tradicional, servia de ferramenta para o Feminismo Negro. O conceito de interseccionalidade foi utilizado formalmente, pela primeira vez, pela feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, jurista negra que trabalhava com a noção de que o projeto da interseccionalidade pretende incluir questões raciais nos debates sobre gênero, assim como incluir questões de gênero nos debates sobre raça (CRENSHAW, 2002).

O capítulo 5 destina-se a descrever o ingresso no campo empírico, assim como a metodologia de pesquisa. A Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju, sede da Unidade de Triagem Frederico Mentz é apresentada, assim como suas trabalhadoras e trabalhadores. Para tanto, é

realizada a recuperação da história da Coleta Seletiva, no município de Porto Alegre, demonstrando seu pioneirismo na área.

O capítulo 6, pretende analisar a partir do cruzamento de gênero, raça e classe as falas de cinco trabalhadoras. O material foi produzido através de entrevistas semiestruturadas, conversas informais e observação participante, e o auxílio do diário de campo.

2 INSERÇÃO DE TRABALHADORES (AS) NO CAMPO DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO BRASIL

O segmento que compõe a reciclagem de resíduos, no Brasil, se desenvolve através da atuação nos espaços urbanos. A coleta e catação de materiais recicláveis compõe a paisagem das grandes cidades, nos centros e periferias, com o trânsito frequentes de mulheres e homens que têm nessa atividade sua principal fonte de subsistência. Neste sentido, as catadoras e catadores de material reciclável integram a base da cadeia produtiva da reciclagem, no Brasil. Através da catação e comercialização de papel, alumínio, pet, entre outros materiais, esses agentes lutam contra a rotina de pobreza e exclusão em que vivem.

As catadoras e catadores que atuam de forma individual, com seus carrinhos de supermercado improvisados ou pequenas carroças, se constituem em mais um elo dessa cadeia produtiva, que também é composta por aqueles que se organizam para atuação de forma coletiva. A organização do trabalho através de coletivos se configura na atuação em cooperativas e associações de reciclagem, que almejam maior articulação política entre esses trabalhadores, assim como reconhecimento social e profissional, acesso a direitos, maior exercício da cidadania e fortalecimento dos movimentos que lutam pelas trabalhadoras e trabalhadores da reciclagem.

A inserção dessas pessoas em espaços organizados, na maioria das vezes, não está diretamente relacionada ao fortalecimento do movimento ou dos empreendimentos, mas se dá como busca de geração de renda e acesso a direitos, de que não dispunham enquanto trabalhadores informais. Contudo, os empreendimentos associativos ou cooperativos ultrapassam a finalidade comercial e de geração de lucros, pois sua organização é caracterizada pela autogestão, contribuindo para relações de trabalho potencialmente constituídas de forma mais horizontal.

2.1 MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS – UM MOVIMENTO SOCIAL

No Brasil, existem mais de 800 mil pessoas atuando na área da catação de resíduos, (MNCR, 2012). É por meio da catação, separação, transporte,

acondiçãoamento, beneficiamento e comercialização de materiais descartados pela população das grandes cidades, que diversas pessoas geram renda para suas famílias (IPEA, 2013a). Através desse processo, o lixo é ressignificado, pois se transforma em material reciclável e o resíduo retorna à cadeia produtiva, assim como “ressignifica o trabalho do (a) catador (a), ganhando valor social e ambiental. Reciclar-se é sair da depressão, da despotencialização, é tornar-se potência de ação” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 339).

Os (as) trabalhadores (as) da reciclagem, enquanto categoria, atuam de forma dinâmica e diversificada. Muitos operam de forma individual e são encontrados (as) nos centros urbanos, equipados (as) com carroças ou carrinhos e tem na catação sua atividade principal. Outra parcela dessa população está organizada em associações ou cooperativas de reciclagem, que com a parceria das prefeituras realizam o trabalho em uma estrutura física (Unidade de Triagem) e são associados dos empreendimentos (associações ou cooperativas) (IPEA, 2013a).

O levantamento realizado a partir do Censo Demográfico de 2010, intitulado a Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável no Brasil, apontou que 387 mil pessoas diziam ter na catação sua ocupação principal, com renda média nacional de R\$ 571,56 mensais (à época, acima do Salário Mínimo de R\$ 510,00) (IBGE, 2012). No entanto, o levantamento gerou reações entre catadores (as) organizados (as), pois apresentou diversos dados considerados controversos, tais como: o número global de catadores (as), distribuição de gênero, a renda obtida e a distribuição regional.

A informação sobre a distribuição de gênero é importante, pois o censo apontou uma distribuição de 68,9% de homens e 31,1% de mulheres; no entanto, o trabalho cotidiano do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável (MNCR) e das mulheres catadoras que compõem o movimento indicam que na realidade a proporção é inversa. Em empreendimentos de reciclagem de resíduos sólidos, o MNCR afirma que a participação das mulheres chega a 75% (SANT’ANA; METELLO, 2016).

O MNCR é fruto de um processo de lutas que se estabeleciam em diferentes regiões do Brasil. O 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em 1999, possibilitou a articulação para a criação de um Movimento Nacional, que foi fundado posteriormente no 1º Congresso Nacional dos Catadores (as) de Materiais

Recicláveis, realizado em Brasília, no ano de 2001. O encontro contou com a participação de mais de 1.700 catadores e catadoras, onde ocorreu o lançamento da Carta de Brasília, que expunha as necessidades e dificuldades enfrentadas pelas pessoas que atuam na catação de resíduos sólidos, no Brasil (MNCR, 2017).

Foi através da luta do MNCR, que em 2002, a profissão de catador (a) passou a constar na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Em 2003, reuniram-se trabalhadoras e trabalhadores da catação de vários países da América Latina, no I Congresso Latino-Americano de Catadores (as) de Materiais Recicláveis, em Caxias do Sul/RS, para debater e unificar as lutas sobre a questão da reciclagem, originando a Carta de Caxias. A Carta foi construída a fim de difundir e unificar as lutas dos trabalhadores da reciclagem na América Latina (MNCR, 2012).

O II Congresso Latino Americano, realizado em 2005, em São Leopoldo/RS, avaliou o que foi conquistado desde 2003 e estabeleceu que os avanços foram realizados apenas em parte. Como proposição para os anos seguintes, o II Congresso recomendou: 1) o reforço e ampliação de associações cooperativas, de modo que possibilite a prática de democracia direta; 2) a união entre Comitês Regionais, para o controle da cadeia produtiva da reciclagem através de Redes de produção e comercialização; 3) processo permanente de formação e capacitação, impulsionando a luta por políticas públicas e legislação que respaldem os trabalhadores e o Movimento, no que concerne à Previdência Social, preservação do meio ambiente etc.; 4) busca por educação de qualidade, acesso à creche e escola em tempo integral para os filhos dos Catadores (as); 5) implantação e execução de educação ambiental nas escolas, disseminando a importância da reciclagem e a valorização do papel social dos Catadores (as); 6) o avanço de ações que extinguem práticas de preconceito e violência contra os trabalhadores da catação, assim como combater a exploração dos atravessadores, na comercialização dos materiais coletados; 7) garantir o envio direto de recursos públicos para a melhoria na infraestrutura dos empreendimentos, o repasse de taxas ambientais às Associações e Cooperativas de Reciclagem e incentivar a doação de material reciclável produzidos por bancos, instituições públicas e empresas privadas; 8) lutar pela erradicação completa dos lixões, apenas após o estabelecimento de condições de infraestrutura e coleta seletiva, para que os Catadores (as) possam trabalhar de

forma efetiva; 9) a elaboração de políticas públicas de habitação, construída com a participação dos trabalhadores (as); 10) fortalecer o Movimento dos Catadores (as) nos países da América Latina, proporcionando maior articulação e solidariedade, efetivando ações concretas de crescimento em cada país e no continente como todo. E por fim,

Fortalecidos com a realização do II Congresso, queremos aprofundar a solidariedade com as lutas e organizações de outros movimentos sociais de nossos países. Desejamos a união de todas as forças que lutam por uma sociedade em que todas as pessoas vivam com dignidade, em que o trabalho coletivo construa uma economia solidária, superando a economia capitalista, baseada na exploração dos trabalhadores e do meio ambiente. E convocamos, por fim, a todos os Catadores/as a se juntarem a nós, reforçando nosso Movimento e tornando-se mais fortes para enfrentar seus problemas, e para exigirmos, juntos, como unidade do Movimento Nacional, todos os nossos direitos (MNCR, 2012).

Ao longo das últimas décadas, o movimento pelos direitos dos trabalhadores do campo da reciclagem de resíduos, no Brasil, construiu uma trajetória de lutas e mobilizações, buscando atuar sempre de forma coletiva. Esse processo de articulação foi importante para que os (as) trabalhadores (as) alcançassem algum tipo de reconhecimento enquanto categoria profissional.

O MNCR faz parte de um processo de representação das demandas de catadores (as), buscando junto a organizações de apoio, chamar a atenção das esferas públicas sobre a temática do lixo e as condições de vida e de trabalho destes atores (SANT'ANA; METELLO, 2016). O MNCR é de extrema importância nesse processo, pois eles passam a contar com uma organização nascida no seio da atividade de catação, sendo organizada, gerida, planejada e formulada pelos próprios catadores (as).

No seio do movimento, habita a possibilidade de o sujeito tornar-se ator. Sendo assim, é através do sujeito que ocorre a construção dos indivíduos como atores (TOURAINÉ, 1994, p. 248). É no engajamento ativo nos movimentos sociais que essa transformação ocorre, através de um processo de contestação da ordem, que rege a sociedade moderna. Os movimentos sociais, de acordo com Touraine (1994), assumem o papel das classes sociais, agindo por meio de ações coletivas contra o poder do mercado e as inconsistências do Estado.

O novo sujeito social apresenta-se como um coletivo difuso, não-hierarquizado, que se engaja em lutas contra as discriminações de acesso aos bens da modernidade e, ao mesmo tempo, “crítico de seus efeitos nocivos, a partir da fundamentação de suas ações em valores tradicionais, solidários, comunitários” (GOHN, 1997, p. 122). Contudo, esse sujeito torna-se ator social na medida em que essa denominação se estabelece naqueles responsáveis por lutas e ações coletivas, e não na centralidade de indivíduos.

Outra questão relevante a ser observada é o processo de construção da identidade dos atores, dentro dos movimentos sociais. Busca-se observar a construção de uma identidade coletiva criada no interior dos grupos e que foge dos padrões de identidades, marcadas pelas estruturas sociais (GOHN, 1997).

Torna-se evidente o papel do MNCR na luta pelos direitos e pela abertura de espaços de inclusão de catadoras e catadores de resíduos, salientando a importância da organização das trabalhadoras e trabalhadores em associações e cooperativas. Sendo assim, propõe um modelo de organização cooperativo para a atividade econômica da reciclagem, tendo como perspectiva o fato de que “o impulso a essa atividade e os benefícios econômicos de sua ampliação devem ser repartidos de forma justa, proporcional ao trabalho realizado e de forma solidária” (SANT’ANA; METELLO, 2016, p. 24).

A aprovação da Lei 12.305, em 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi um marco regulador para as atividades relacionadas à reciclagem no Brasil. Com a instituição da PNRS, houve um movimento maior para que os (as) catadores (as) se inserissem em cooperativas e/ou associações de reciclagem. Esta mudança de paradigma englobou a organização do trabalho, a concepção da autogestão, as relações entre os (as) trabalhadores (as) e suas trajetórias de vida, assim como a forma como cada pessoa se percebe neste processo (IPEA, 2013a).

A lei que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), incentivou a formação de Cooperativas de Trabalhadores (as) da Reciclagem, para dar conta da destinação dos resíduos dos municípios. A PNRS tem como meta a extinção de lixões e o incentivo ao reaproveitamento de resíduos sólidos recicláveis; esta meta está associada à inclusão social, a fim de promover a emancipação econômica dos catadores (as).

A organização dos (as) catadores (as) em associações e/ou cooperativas proporciona maior capacidade de mobilização em relação ao acesso às políticas públicas voltadas à inclusão destes trabalhadores (as) e garantia de direitos trabalhistas. Cria melhores condições de negociação com os setores público e privado, em relação ao recebimento de material oriundo da coleta seletiva, assim como a possibilidade de firmarem convênios com instituições (IPEA, 2013a).

Neste sentido, o MNCR propôs desde o princípio a organização dos catadores (as) em espaços coletivos, de modo a ampliar as condições de articulação e representação política. Defendendo a importância da autogestão nos empreendimentos, assim como o trabalho associativo, realizou um movimento de aproximação com a Economia Solidária.

As cooperativas ou associações de reciclagem fazem parte de uma gama de empreendimentos que compõem a Economia Solidária. A organização dos trabalhadores (as) em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) busca a valorização do sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem (GAIGER, 2009).

2.2 ORGANIZAÇÃO DAS TRABALHADORAS E TRABALHADORES DA RECICLAGEM EM COOPERATIVAS, CONSTITUINDO-SE COMO EMPREENDEMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

As informações utilizadas em diversas análises sobre a reciclagem de resíduos, no Brasil, são extraídas do último Censo, realizado em 2010, bem como dos estudos subsequentes feitos pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). De acordo com o IPEA (2010), indicar resultados numéricos precisos, em relação à reciclagem, no Brasil, não é tarefa fácil, pois é um setor ainda pouco explorado. No entanto, estima-se que somente 13% dos resíduos urbanos gerados chega até as Unidades de Triagem, para que possam ser separados e retornar à cadeia produtiva. Contudo, o IPEA indica que os benefícios econômicos ocasionados pela reciclagem, pode chegar a no mínimo seis vezes a estimativa apontada.

Ao analisarmos a dinâmica da reciclagem de resíduos sólidos, percebemos que este campo não produz apenas benefícios econômicos e sociais. Estas práticas estão imbricadas com questões de relevância ambiental, em diferentes dimensões. No que concerne a importância da reciclagem em relação ao meio ambiente, observa-se benefícios relacionados à redução do consumo de energia; à redução da emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs); à redução do consumo de água; à preservação da biodiversidade e de recursos não madeireiros, entre outros (IPEA, 2010).

Outro fator de extrema relevância é a gestão dos resíduos sólidos nos municípios, o que inclui as etapas da coleta, transporte, tratamento e triagem do lixo. Uma boa gestão dos resíduos, que possibilite a efetivação de todo o processo, contribui para a extinção dos lixões, responsáveis por graves impactos ambientais, muitas vezes irreversíveis, como também o redirecionamento dos materiais e seu reaproveitamento (IPEA, 2010).

Entretanto, estima-se que cerca de 2,4% dos resíduos produzidos pela população dos centros urbanos sejam recolhidos de forma seletiva (IPEA, 2010). Mais de 97% dos resíduos produzidos no Brasil acaba na coleta domiciliar misturado, o que inviabiliza a possibilidade de separação dos recicláveis e seu correto destino. Neste processo, percebe-se a importância essencial da educação ambiental, para conscientização sobre a correta separação dos resíduos e os caminhos possíveis do lixo.

Silva (2017), aponta que os principais envolvidos na cadeia que agrega valor aos resíduos sólidos são, em geral: “a) os catadores e suas organizações de apoio; b) indústria (privada e pública) de coleta e deposição de resíduos; c) os comerciantes intermediários do material coletado; d) a indústria recicladora e transformadora; e) o Estado, através da regulação e de políticas públicas” (SILVA, 2017, p. 13). O grupo que se constitui como catadores (as) e suas organizações apoio é responsável pela operacionalização do processo de separação, acondicionamento e venda à indústria, por isso precisa contar com infraestrutura e equipamentos como balança, prensa, esteira, caminhão e galpão (SILVA, 2017).

Os profissionais que atuam no processo de reciclagem de resíduos, não podem ser considerados uma população homogênea, enquanto categoria profissional. Suas trajetórias de vida são diversas, pois muitos atuam na catação de

resíduos desde a infância, acompanhando os pais ou outros membros da família, levando esse trabalho para a vida adulta, e algumas vezes, inserindo os próprios filhos no trabalho com a catação de “lixo”. Outros possuem outra ocupação remunerada e utilizam a catação como complemento de renda, assim como àqueles que buscam na catação de materiais uma forma de subsistência em períodos de desemprego.

Contudo há uma parcela de trabalhadores da reciclagem que estão inseridos em associações e cooperativas, seguindo uma jornada de trabalho regular, como sócios do empreendimento, em um lugar de trabalho fixo. As Cooperativas de Reciclagem se constituem como um EES, sendo o cooperativismo um elemento estruturante da vida econômica de parcelas significativas da população integrando a Economia Solidária (ES).

Conforme apontam Gaiger e Laville (2009), as expressões da Economia Solidária têm assumido diversas formas como coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas recuperadas por trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc.

Na Economia Solidária é importante o conceito de Empreendimentos Econômicos Solidários, pois atuam como espaços de potência frente ao modo de produção capitalista e os modos de vida na contemporaneidade. Os EES em suas práticas organizativas têm na solidariedade e na autogestão seus pilares, com presença em setores de prestação de serviços, produção, comercialização e de crédito.

Conforme Gaiger (2009), estes empreendimentos compreendem as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade, aglutinando sujeitos excluídos do mercado de trabalho, ou movidos pela força de suas convicções, à procura de alternativas coletivas de sobrevivência. O autor aponta que os EES se apresentam sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão, combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido

da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade na qual se inserem (GAIGER, 2009).

Também conhecida como a Outra Economia, a Economia Solidária atua através da inserção social e comunitária, buscando assumir papéis relacionados à saúde, educação, geração de trabalho e renda, preservação ambiental e resgate do papel social dos sujeitos. Cattani (2009), aponta que “a outra economia” é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da autogestão e da inclusão, buscando autonomia e emancipação social. Esses princípios não se reduzem a boas intenções, mas se constituem em realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro, como afirma o autor, tornando-se um movimento global.

Segundo Gaiger e Laville (2009), embora motivada por um cenário regressivo, a gênese da Economia Solidária explica-se por um conjunto mais complexo de circunstâncias. Os efeitos do modelo pós-fordista, por exemplo, que produzia exploração dos trabalhadores e era orientado por valores relacionados à acumulação e lucro desenfreado, foram sendo confrontados por métodos mais participativos de gestão, que passam a estimular a autonomia e a participação dos trabalhadores.

A construção da Economia Solidária na América Latina se dá no cenário marcado por uma longa história de resistência à exclusão social. Podendo ser encontrada tanto nas experiências organizativas comunitárias de algumas das sociedades originárias, como os povos indígenas, quanto na longa história das lutas camponesa e operária dos últimos séculos. Os movimentos de luta por melhores condições de vida crescem em diversos países, principalmente naqueles com altos índices de pobreza e desigualdade social.

Singer (2003) aponta que, na América do Sul, a Economia Solidária ressurgiu com características marcadas pela situação em que os países se encontram:

[...] A Economia Solidária, tal como ela ressurgiu no fim do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação do movimento do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou de gênero, etc. (SINGER, 2003, p. 116-117).

Desta forma, nos países do Sul ocorreu o crescimento da Economia Solidária, como forma de reação às políticas neoliberais, que acabaram eclodindo em um cenário de crise econômica internacional. As consequências desta política resultaram no afastamento do mercado de trabalho formal de centenas de trabalhadoras e trabalhadores. Como resistência a esse movimento, os trabalhadores, do meio rural ou urbano, se integram a um processo de criação de empreendimentos coletivos autogestionários, pautados por uma economia popular, como esclarecem os autores:

Nos países periféricos, sempre subsistiram práticas econômicas ancoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material subordina-se a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Sobretudo a partir da economia popular, ganharam forma experiências genuínas na América Latina, como alternativas para trabalhadores rurais e urbanos, indígenas e imigrantes que valorizaram as práticas autóctones de ajuda mútua e fizeram seu sentimento comunitário prevalecer contra a desordem introduzida pelo capital (GAIGER; LAVILLE, 2009, p. 163).

No Brasil, a Economia Solidária se expande a partir de instituições e entidades que apoiam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e Economia Solidária, etc. Fruto do movimento social protagonizado por EES e por apoiadores da Economia Solidária, entre eles as Universidades, foi criada pelo Governo Federal, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), com a finalidade de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária mediante políticas públicas integradas, visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social (MTE, 2015).

No âmbito da sociedade civil, a Economia Solidária atua através de vários fóruns locais e regionais, que se articulam através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). O FBES é fruto do processo histórico que culminou no I Fórum Social Mundial (FSM), que contou com a participação de 16 mil pessoas vindas de 117 países, nos dias 25 a 30 de janeiro de 2001. Dentre as diversas oficinas, que promoviam debates e reflexões, 1.500 participantes lotaram a oficina denominada “Economia Popular Solidária e Autogestão”, onde se debate a auto-organização dos

trabalhadores, as políticas públicas e as perspectivas econômicas e sociais de trabalho e renda (FBES, 2019).

Atualmente, o FBES está organizado em todo o país em mais de 160 Fóruns Municipais, Microrregionais e Estaduais, envolvendo diretamente mais de 3.000 empreendimentos de Economia Solidária, 500 entidades de assessoria, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2019).

Neste cenário vale ressaltar o Mapeamento de Economia Solidária. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), juntamente com o FBES realizou, no período entre 2009 e 2013, o II Mapeamento de Economia Solidária, com propósito de alimentar a base de dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), para identificação e registro de empreendimentos que trabalhem na difusão dos conceitos da Economia Solidária.

Este segundo mapeamento registrou 19.708 empreendimentos organizados em 2.713 municípios brasileiros, entre 2009 e 2013, onde grande parte se encontra na região Nordeste, com cerca de 40,8% dos empreendimentos encontrados. Quanto a localização dos EES, 54,8% se encontra em áreas rurais e, 34,8% em áreas urbanas e 10,4% dos EES se identificaram tanto como rurais quanto urbanos. A forma de organização mais encontrada é do tipo associação, com 60%. Outros 30,5% são grupos informais, e somente 8,8% são constituídos por cooperativas formalizadas (SIES, 2013).

No campo da reciclagem de resíduos, nos últimos anos, parte dos trabalhadores e trabalhadoras passam a buscar a organização do seu trabalho de forma coletiva, somando forças contra as engrenagens do capitalismo, embora alguns ainda prefiram a atuação individual pela liberdade de horários (SILVA, 2018). Sua articulação contribui para o enriquecimento de suas relações de trabalho, se inserindo no mercado de formal, assim como as relações comerciais, agregando valor aos seus materiais e podendo negociar de forma horizontal.

Através da organização do trabalho através de cooperativas de reciclagem abre caminhos para negociação com o poder público, no que concerne a busca por garantia de direitos sociais e políticas públicas, como também o estabelecimento de parcerias com prefeituras e empresas privadas, compondo um elo da cadeia da

reciclagem. Contudo, os empreendimentos econômicos do campo da reciclagem, apresentam diversificadas formas de organização operacional, variando de acordo com os maquinários e tecnologias disponíveis, assim como os materiais separados e comercializados. Essa diversidade tem impacto na eficiência dos empreendimentos, a produção, e conseqüentemente os ganhos dos associados.

Encontramos em Gaiger (2003) a noção de eficiência, alcançando um sentido mais amplo, pois remete à qualidade de vida dos trabalhadores e à satisfação de objetivos culturais e éticos-morais. O autor traz a noção de eficiência e da superação da visão instrumental nos EES, no que diz respeito ao debate entre meios e fins, afirmando que,

[...] genericamente, ao grau de efetividade dos meios empregados, em um dado processo, para alcançar-se um objetivo ou gerar-se o resultado visado; em suma, concerne à relação entre meios e fins. Não obstante, quando se trata de processos sociais que mobilizam indivíduos e causam efeitos de profundidade e amplitude variáveis na sociedade, a análise da eficiência não pode abster-se de considerar a natureza dos fins buscados, o que descarta uma visão meramente instrumental do problema (GAIGER, 2009, p. 169).

Coraggio (2001), esclarece que a eficiência não pode limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se define também como eficiência social, em função da qualidade de vida e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema. Portanto, estes empreendimentos têm o ideal de se desenvolverem para a construção de uma prática econômica e social geradora de uma outra consciência.

3 INSERÇÃO DE MULHERES NOS ESPAÇOS DA RECICLAGEM DE RESÍDUOS

A atuação das mulheres nesses empreendimentos tem ganhado destaque nos últimos anos, pois eles se apresentam como uma alternativa de geração de trabalho e renda para diversas famílias (IPEA, 2013a). Embora os dados do Censo Demográfico de 2010 tenham apontado a presença de 31,1% do total de quase 400 mil catadores (as) de resíduos, no Brasil, serem mulheres, a catadora Marilza Aparecida de Lima, articuladora do MNCR, declarou: “Somos 70% da categoria, somos mulheres negras e chefes de família”.¹

Em 2013, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), divulgou o estudo intitulado Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável, baseado em dados coletados pelo Censo (2010). Segundo o IPEA, as discrepâncias em relação à participação das mulheres no campo da reciclagem ocorreram pois as informações do Censo são baseadas em auto declaração das mulheres e as mesmas não reconhecem a catação como sua atividade principal.

Outra fonte de dados é o Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), que realizou entre o período de 2009 e 2013, o mapeamento nacional sobre os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), as Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas voltadas à Economia Solidária (PPES). Através do levantamento foram identificados 692 cooperativas e/ou associações de reciclagem, com cerca de 21.164 mil trabalhadores (as), sendo que 39% são mulheres (IPEA, 2013a).

3.1 MULHERES TRABALHADORAS NA RECICLAGEM DE RESÍDUOS: LUTAS E CONQUISTAS

No Brasil, destaca-se o grande número de mulheres em Empreendimentos Econômicos Solidários, sobretudo aqueles do campo da reciclagem de resíduos. Embora os estudos e mapeamentos que se propõem a realizar um censo das trabalhadoras e trabalhadores deste setor apresentem dificuldades quanto à

¹ Mulheres são a maioria entre Catadores de Materiais Recicláveis. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas?searchterm=mulheres+negras>>. Acesso em: 17 de Set. 2017.

exatidão das informações, o crescimento do número de mulheres nos empreendimentos é ressaltado (IPEA, 2013a).

A publicação 'Catadores de Materiais Recicláveis: um encontro nacional' (IPEA, 2013a), apresenta dois capítulos destinados a debater as questões de gênero em empreendimentos de reciclagem. Os debates sobre gênero vêm acompanhados de temas relacionados à raça, à divisão sexual do trabalho, ao papel desempenhado pelas lideranças femininas, à identidade do (a) catador (a) e aos estigmas de exclusão que os (as) acompanham (CHERFEM, 2014).

Neste movimento, é importante destacar a reunião realizada em Brasília, em outubro de 2017, das mulheres catadoras integrantes da Comissão Nacional do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), juntamente com a Secretária de Gênero da Unicatadores, a fim de organizar ações relacionadas ao debate de gênero dentro do movimento (MNCR, 2017). A mobilização prevê a formação de núcleos de gênero em cooperativas, associações e grupos, assim como buscar o fortalecimento do Comitês Regionais do MNCR.²

Atualmente, a Comissão Nacional do MNCR tem sua formação composta por 60% de mulheres. Com o crescente número de mulheres em espaços de lideranças dentro do movimento, o setor de Comunicação do MNCR afirma que "o avanço do protagonismo feminino é uma estratégia de fortalecimento da categoria como um todo, uma vez que a categoria organizada tem em sua maioria as mulheres" (MNCR, 2017). Contudo, é preciso salientar que o aumento dos espaços de participação das mulheres no MNCR é resultado de um processo de luta permanente.

A catação e separação de resíduos é fonte de renda para diversas pessoas, sobretudo mulheres, pobres, negras, com baixa escolaridade que apresentam dificuldade em ingressar no mercado de trabalho tradicional. Além da renda, o trabalho em cooperativas e associações de reciclagem, muitas vezes, possibilita que as mulheres alcancem algum nível de autonomia (CHERFEM, 2014).

A sociedade brasileira, assim como seu mercado de trabalho, se estruturou sobre a cultura da desqualificação da população negra, desde o período colonial. Mesmo durante o processo de industrialização das cidades, os governos usaram

² Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-da-comissao-nacional-mobilizam-nucleos-de-genero>>. Acesso em: 13 Dez. 2017.

estratégias para atrair a vinda de trabalhadores estrangeiros, e a população negra não foi inserida nos postos de trabalhos das fábricas (IANNI, 1972).

No que concerne à entrada e permanência de mulheres negras no mercado de trabalho, observa-se na atualidade, o reflexo do processo de construção da economia brasileira. Os homens e mulheres negros (as) deixaram de ser escravos (as), mas não ocuparam os espaços criados para o trabalho assalariado, visto que estes postos foram destinados a imigrantes brancos que recebiam incentivos para virem ao país (IANNI, 1972).

O período pós-abolição da escravidão continuou sendo marcado por racismo e exploração das pessoas negras. No Brasil, ou mesmo em países como os Estados Unidos, a população negra, então ocupando os espaços de exclusão, seguiu explorada através do trabalho braçal, na mesma lógica do trabalho escravo. As mulheres negras, em sua maioria continuaram trabalhando em casas de famílias brancas, realizando o trabalho doméstico, cuidando e educando os filhos das patroas e até mesmo sendo exploradas sexualmente (CHERFEM, 2016; DAVIS, 2016).

Foi através de um processo histórico que contribuiu para a construção das desigualdades no campo do trabalho, inclusive relacionado à população negra antes escravizada, que se gerou a divisão racial e sexual/de gênero no trabalho. Nesse sentido, é possível compreender a grande concentração de mulheres negras trabalhando em cooperativas, sobretudo no ramo da reciclagem de resíduos (CHERFEM, 2016).

As mulheres trabalhadoras no campo da reciclagem, enfrentam diversos desafios em sua jornada, seja na rua catando “lixo”, ou desempenhando suas atividades em uma Unidade de Triagem. Seja no trabalho manual de separação dos resíduos ou atuando em algum papel de liderança nos empreendimentos, essas trabalhadoras convivem dia a dia as desigualdades de gênero, que estão enraizadas em nossa sociedade.

Além da necessidade de enfrentar questões relacionadas à desigualdade de gênero, muitas trabalhadoras somam a isso os danos causados pelo atravessamento de raça e classe social. A marginalização de sua existência se dá

através das estruturas, as obrigando a lutar pela sua permanência e valorização nos postos de trabalho e nos espaços de liderança.

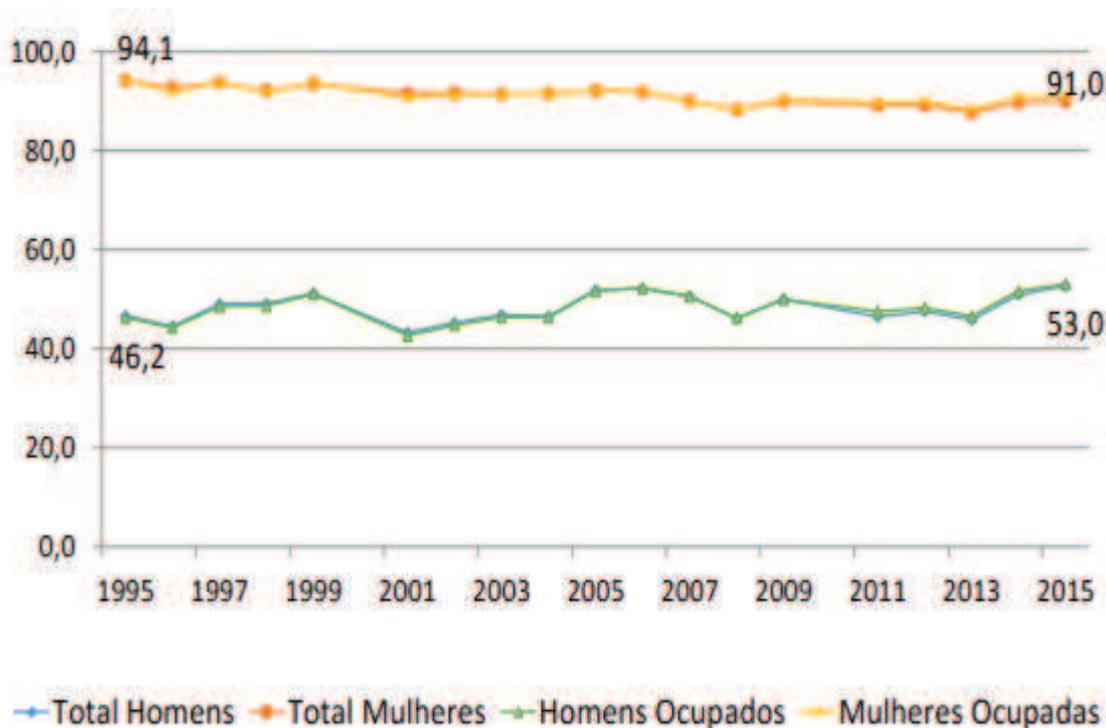
É possível identificar a estrutura opressora de nossas instituições, que contribui para a sensação de impotência e de desvalorização de mulheres pobres e negras, assim como o efeito danoso da divisão racial e sexual do trabalho, na vida destas trabalhadoras. No caso das catadoras de resíduos, o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Previdência Social, afirma que entre homens e mulheres que trabalham na reciclagem, as mulheres ganham menos do que os homens, em qualquer faixa etária.

O Instituto de Pesquisa de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) publicou, em 2017, o último estudo denominado 'Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça' (IPEA, 2017), com levantamento realizado no período entre 1995-2015. Segundo o estudo, é possível perceber que as mulheres estudam mais e trabalham mais que os homens, no entanto a disparidade salarial se mantém.

Segundo o estudo, as diferenças históricas entre os quatro grupos populacionais – homem branco, homem negro, mulher branca, mulher negra – de modo geral, permanecem. Em relação à renda, apesar de os rendimentos ganhos pelas mulheres negras, que estão na base da pirâmide, se valorizarem cerca de 80%, enquanto que dos homens brancos cresceu 11%, não houve modificação na pirâmide, onde a mulher negra ainda recebe os piores rendimentos ao longo da história.

A limitação de tempo e energia é um fator importante na análise das atividades externas ao ambiente de trabalho e familiar. O uso de tempo para afazeres domésticos e de cuidado prevalece entre as mulheres. A grande maioria das mulheres pobres e negras não consegue concluir seus estudos ou outra atividade de qualificação, lazer ou qualquer investimento pessoal.

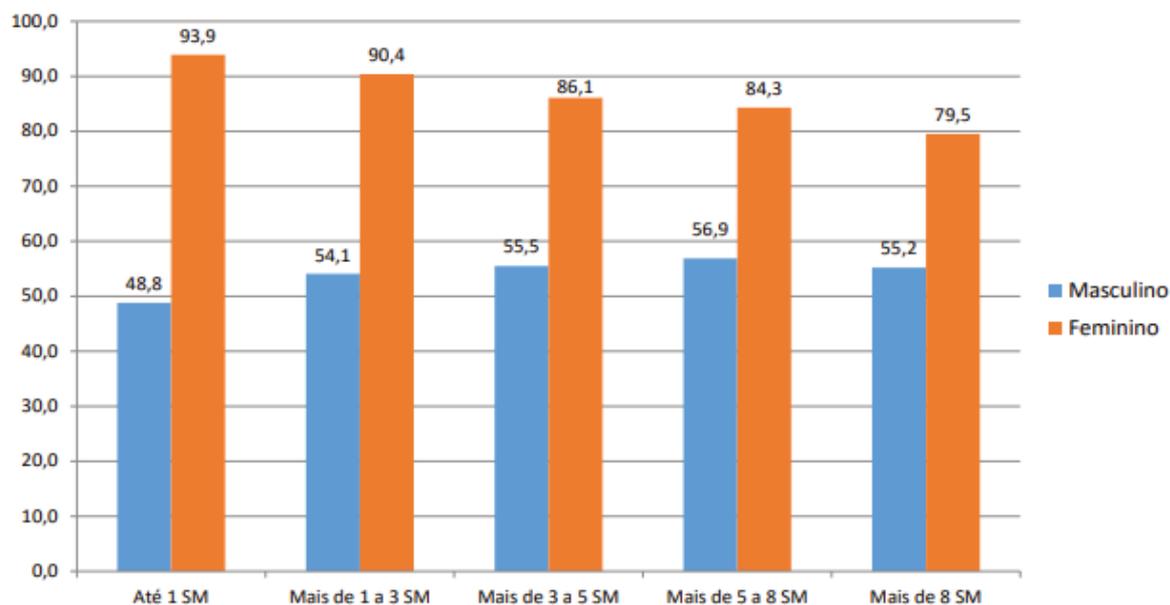
Gráfico 1 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade que realiza afazeres domésticos, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: IPEA (2017).

No que concerne ao envolvimento com os afazeres domésticos e de cuidado, a prevalência de participação das mulheres é muito grande, mesmo entre mulheres brancas e mulheres negras com ocupação. Ao analisarmos os gráficos foi possível observar que a participação das mulheres em trabalhos remunerados, não altera sua participação nas atividades domésticas. As duplas jornadas prevalecem, como apontado no gráfico 2, onde 91% das mulheres com ocupação formal são responsáveis pelos afazeres, em comparação a 53% dos homens.

Gráfico 2 – Proporção da população de 16 anos ou mais de idade ocupada que realiza afazeres domésticos, por sexo e faixa de renda no trabalho principal – Brasil, 2015

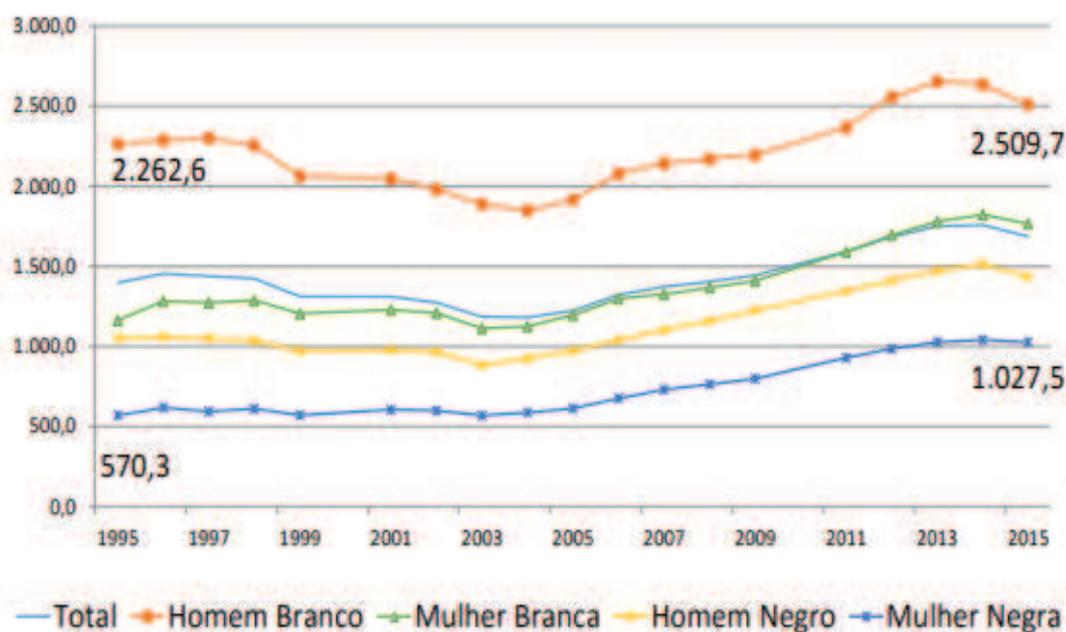


Fonte: IPEA (2017).

O índice aumenta na proporção em que a renda da mulher diminui, o que possibilita verificar que quanto menor a renda da mulher em seu trabalho principal, maior seu envolvimento com os afazeres domésticos. Conforme o gráfico 3, cerca de 93,9% das mulheres com rendimentos de até um salário mínimo, também são responsáveis pelas tarefas domésticas.

É importante salientar, que as mulheres que recebem em sua atividade remunerada principal até um salário mínimo são mulheres negras e pobres, como aponta o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: IPEA (2017).

Como forma de lidar com esse problema histórico, muitas mulheres catadoras se inserem no trabalho cooperativo, buscando a paridade salarial e melhores condições de exercício da autonomia. Contudo, a utilização do gênero como fator para designação de determinadas atividades é comumente observada, onde “tarefas femininas” permeiam os espaços de trabalho e os ambientes domésticos. Essas práticas, em geral, são naturalizadas nas relações diárias, e tanto em ambientes caracterizados como solidários e autogestionários é possível encontrar rotinas de trabalho organizadas através da designação de gênero, onde os homens fazem o trabalho pesado e as mulheres realizam as atividades relacionadas à alimentação, ao cuidado e à organização.

Além dos embates diários em seus postos de trabalho, as mulheres trabalhadoras da reciclagem, assim como as diversas mulheres pobres e negras, precisam dar conta de outras jornadas. No interior de suas famílias também se estabelecem forças desiguais, em relação a homens e mulheres, configurando-se em espaços de opressão e apagamento. Casadas ou não, as mulheres lutam para

dar conta do cuidado dos filhos, dos companheiros e do próprio, assumindo a tarefa de garantir a subsistência e o bem-estar familiar.

Contudo, em relação aos papéis de liderança em cooperativas e associações de reciclagem, observa-se a predominância da atuação de mulheres. Mesmo na contramão da história, mulheres catadoras se destacam na gestão dos empreendimentos, desempenhando papéis de gestoras ou coordenadoras (PEREIRA; GOES, 2016).

No município de Porto Alegre, das 17 Unidades de Triagem em funcionamento, é possível observar a prevalência de mulheres atuando como gestoras ou coordenadoras dos empreendimentos. São 13 mulheres trabalhadoras da reciclagem desempenhando estas funções, de forma direta, escolhidas pelos associados, e que se juntam a tantas outras que compõem outras funções na gestão, como secretárias e tesoureiras.

Essa informação é relevante, pois segue a rotina que se estabelece em tantos empreendimentos espalhados pelo país. Entretanto, é possível afirmar que o trabalho de reciclagem de resíduos sólidos, assim como sua representatividade, tem gênero, raça e classe. São em sua maioria mulheres negras, que encontram nos espaços das cooperativas e associações a possibilidade de buscar renda para o sustento da família, assim como espaços que possibilitem o exercício da cidadania.

A luta contínua pela abertura de espaços para o protagonismo feminino é bandeira na Economia Solidária. No entanto, para se pensar práticas e políticas relacionadas ao gênero é necessário pensá-lo como um constitutivo das relações sociais e que dá sentido às hierarquias estabelecidas, e que exige um outro olhar. Para analisar questões de gênero não se pode ter o olhar fixo, utilizando apenas a reprodução do binarismo masculino x feminino.

É através das lutas de diversas mulheres feministas, que levantam a bandeira, ou as que resistem, mesmo sem saber o que é feminismo, que se torna possível a abertura de espaço de autonomia e emancipação das mulheres. Porém, não há um feminismo universal, que se aplica a realidade de todas, é preciso pensar o feminismo levando em conta outros marcadores, além do gênero.

A categoria 'mulher' faz parte de uma rede complexa de características que se entrecruzam e não pode ser reduzida a um sentido comum (NICHOLSON, 2000),

ou seja, a categoria mulher não corresponde com nenhuma essência unitária ou unificadora, não há identidade social completa e definitiva (MOUFFE, 1993; BUTLER, 2015). Então, pensar o feminismo através do gênero, descolado de outros indicadores, é no mínimo contraproducente.

O capitalismo, em sua fase neoliberal, atua produzindo subjetividades marcadas pelas relações de poder desiguais entre homens e mulheres/ brancos e negros. As facetas dessa desigualdade precisam ser compreendidas e pensadas através do conceito de interseccionalidade, que no interior do feminismo ganha a dimensão de ferramenta política.

O próximo capítulo pretende traçar, brevemente, as principais contribuições do movimento de mulheres, no Brasil. Também será realizada a interpretação do percurso histórico da interseccionalidade, conceito que é estudado e defendido sobretudo por mulheres ativistas do movimento negro e intelectuais negras. Antes mesmo de ser forjado um nome para a análise dos cruzamentos de gênero, raça e classe, mulheres pobres e negras sofriam em seus corpos as marcas da opressão com características interseccionais.

4 BRASIL: A INTERSECCIONALIDADE PASSO A PASSO COM OS MOVIMENTOS DE MULHERES

O feminismo no Brasil “fica em evidência” na década de 1970, a partir do movimento de mulheres, que eram em sua maioria da classe média, mas que, no entanto, se expandiu através da articulação com grupos de mulheres das camadas populares, em suas organizações de bairro (SARTI, 2004). As mulheres da classe média brasileira eram aquelas que dispunham de acesso ao ensino superior e dos benefícios da modernização do país.

Sarti (2004) aponta que a história do feminismo no Brasil está atrelada às especificidades dos movimentos sociais em relação ao Estado. Segundo a autora, assim como os movimentos sociais que têm suas bases locais fincadas no cotidiano das periferias pobres, direcionando as reivindicações ao Estado enquanto promotor de bem-estar social, os grupos feministas se organizavam conforme as demandas das mulheres das organizações de bairro (SARTI, 2004).

É possível encontrar duas tendências distintas dentro da corrente feminista do movimento de mulheres dos anos 1970, sendo uma delas voltada para a atuação pública e organização política das mulheres, que tinham como bandeira questões relacionadas ao acesso ao trabalho formal, direitos, saúde e redistribuição de poder entre homens e mulheres. E a outra tendência que tentava “dar conta das questões relacionadas à subjetividade das mulheres e das relações interpessoais, organizando grupos de estudos, de reflexão e convivência” (SARTI, 2004, p. 41).

O movimento feminista penetrou em diversas instâncias institucionais, tais como associações profissionais, partidos e sindicatos, transpondo algumas fronteiras que impediam que as mulheres ocupassem os espaços, enquanto sujeitos sociais (SARTI, 2004). O feminismo como movimento tem características sociais específicas, e retrata a diversidade das experiências vividas por todas as mulheres, assim como as diversas perspectivas que refletem na identificação com as bandeiras de lutas feministas.

Sarti é uma autora que aponta a importância de refletir sobre o feminismo e a perspectiva universalista. Segundo ela, é preciso estar atentas à natureza híbrida do movimento, que foi construído a partir de uma identidade específica, mas que é ao “mesmo tempo transpassado por clivagens sociais e referências culturais distintas, e

que, portanto, as mulheres não representam uma categoria universal” (SARTI, 2004, p. 44).

Por não ser um movimento homogêneo, o feminismo se estrutura através de uma multiplicidade, que precisa lidar com as dificuldades no tratamento das diversidades entre as mulheres. Ribeiro (2006, p. 803), esclarece que “estas diversidades estão relacionadas a categorias como raça, etnia, classe social, orientação sexual, geracional e cultural, exigindo uma abordagem plural na busca por espaços políticos e sociais”.

Nesse ínterim, na busca por ampliação destes espaços, as mulheres negras passam a atuar no sentido de criticar a pouca visibilidade que lhes é destinada dentro do feminismo. Sua presença nos discursos de opressão e na organização das ações é vista como secundarizada, ou seja, suas demandas aparecem de forma implícita (RIBEIRO, 2006). Tal posição remete a forma com que as mulheres negras foram submetidas pela sociedade, e explicita a questão racial como tabu, mesmo dentro dos movimentos sociais.

De acordo com Ribeiro (2006), as lutas pelos direitos das mulheres, reivindicado por mulheres brancas, teve maior absorção pelos diversos setores da sociedade, porém o combate ao racismo não ganhou muito espaço nos discursos e nas práticas. As mulheres negras tinham o propósito de ocupar o papel que lhes cabia dentro do feminismo, denunciando e desmascarando as situações em que eram excluídas, construindo uma agenda política que transcendesse as questões de gênero, trazendo para a pauta a discriminação racial (CARNEIRO, 2003).

A luta para romper o silêncio imposto às mulheres, sobretudo às mulheres negras e pobres, conta com nomes importantes como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A partir de um olhar político das desigualdades de gênero e raça, essas mulheres se tornaram agentes políticos, deslocando-se dos lugares de exclusão no qual a sociedade as insere.

Durante reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), realizada em 1980, Lélia Gonzalez, que foi uma importante mulher negra, intelectual, política, professora e antropóloga, apresentou o trabalho intitulado ‘Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira’. Neste trabalho que seria publicado, posteriormente, em 1984, Gonzalez denunciava a atuação

articulada entre o racismo e o sexismo sob forma dos diversos tipos de violência sobre os corpos das mulheres negras. Nesse aspecto, foi uma precursora do conceito de interseccionalidade, embora não tenha usado o termo.

Sueli Carneiro é filósofa, escritora e ativista antirracismo do movimento social negro brasileiro e aponta que o movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo, e referência fundamental em certos temas de interesse das mulheres no plano internacional, mas que ainda é necessário que haja o “enegrecimento” do movimento feminista brasileiro. De acordo com Carneiro (2003, p 118), “é preciso revelar a insuficiência teórica e a prática política para integrar as diferentes expressões do feminino construídas em sociedades multirraciais e pluriculturais”.

O feminismo no Brasil ganha maior fôlego a partir da década de 1980, mais especificamente de 1985, período de início da organização dos Encontros Nacionais Feministas (ENF) e dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe (RIBEIRO, 2006). Estes encontros contavam com a participação de um número expressivo de mulheres, oriundas de diversos setores e que contribuíam para que os debates seguissem por rumos diversos.

De acordo com Alvarez *et al.* (2003, p. 543), “cada encontro trazia as especificidades da região em que era realizado e se caracterizavam como espaços transfronteiriços, atuando de modo a reconfigurar os discursos dos movimentos locais, nacionais e regionais”. Através dos encontros emergiram novas categorias de análise, novas visibilidades, como por exemplo, sexualidade, violência doméstica, assédio sexual, estupro conjugal, feminilização da pobreza (ALVAREZ *et al.*, 2003).

Se no início do movimento feminista, as mulheres pertenciam à classe média e eram em sua maioria brancas, no decorrer dos anos 1980 o quadro se alterou. O feminismo floresceu com a maior participação de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, indígenas e lésbicas (ALVAREZ *et al.*, 2003). Porém, a ocupação destes espaços foi fruto de muita luta, que se dá até os dias atuais.

Alvarez *et al.* (2003), declara que dentro do movimento feminista também se estruturavam relações de poder que dificultavam colocar na agenda de debates questões relacionadas à classe, raça e orientação sexual, refletindo as hierarquias que estão estabelecidas na sociedade. A questão da orientação sexual, por exemplo

sempre foi tabu, e “a presença de mulheres lésbicas nos encontros, causava desconforto para as feministas, mas que contribuiu para trazer à tona o tema da sexualidade, que era apenas sussurrado pelos corredores” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 552).

Sobre a interseccionalidade que foi sendo observada através dos Encontros Feministas Latino-Americanos e do Caribe, Alvarez avalia que,

De fato, a história dos Encontros pode ser lida como uma história de conflito e debate sobre as maneiras em que raça, etnia, classe e orientação sexual são eixos organizadores da opressão de gênero e definem como gênero é experienciado na vida cotidiana. [...] durante a primeira década dos Encontros, contudo, pouquíssima atenção foi dada à forma como as identidades de gênero e a estratificação social são determinadas não apenas por classe e gênero, mas também por raça e etnia, sexualidade e outros vetores de poder que dão forma à subordinação das mulheres (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 563).

As formas de opressão que são exercidas sobre as mulheres, na contemporaneidade, ganham a face do patriarcado, do racismo e do capitalismo, que se combinam e se afirmam. O feminismo enquanto movimento pode ser considerado um gerador de ideias e práticas revolucionárias, pois se propõe a questionar as dinâmicas sociais estabelecidas. Consequentemente, “questiona os domínios entre as nações; os mandos e desmandos do capital; a cristalização do poder como sendo atribuição masculina e branca” (RIBEIRO, 2006, p. 809).

Os debates acerca da interseccionalidade são fruto da necessidade de articulação das relações sociais de poder e dos marcadores sociais de gênero, raça e classe. Essa temática é forte no centro do feminismo contemporâneo, construindo novos paradigmas e outras formas possíveis de pensar as relações de poder.

Em relação à inserção de mulheres no trabalho de catação, é importante salientar que suas experiências e lutas diárias ultrapassam questões relacionadas à classe, mesmo como classe trabalhadora, pois vivenciam cotidianamente as desigualdades de gênero e de cor (MOTTA, 2017). De toda forma, torna-se impraticável pensar as vidas das trabalhadoras da catação apenas através da perspectiva de classe social, pois suas trajetórias são fruto de um processo histórico que intersecciona as condições de gênero, raça e classe.

De acordo com Motta (2017), compreender as relações de poder que se estabelecem com bases no racismo e no patriarcado é importante para traçar as relações de trabalho que se estabeleceram e ainda se estabelecem no Brasil capitalista. Esta perspectiva conduz a um cenário onde o (a) trabalhador (a) negro (a) e, sobretudo as mulheres negras ocupam espaços de trabalho informais, marginalizados ou pouco valorizados.

A entrada e permanência de um número significativo de mulheres negras no trabalho com materiais recicláveis não é coincidência (MOTTA, 2017). Ela é fruto de um processo de marginalização e desqualificação do trabalho do (a) negro (a). De acordo com a autora, a ocupação destes postos de trabalho é resultado da falta de oportunidades de trabalho e renda:

Na sociedade capitalista brasileira as pessoas que não tiveram alternativas de trabalho para sobreviverem vasculhavam as latas de lixo em busca de utilidades para suas vidas. Essas utilidades podiam ser comidas, utensílios domésticos os mais diversos, roupas, sapatos e o material possível de ser reciclado e por isso passível de venda. Essas pessoas mataram sua fome (pelo menos em parte), cataram latas, papéis, estopas, ferros para depois vender. Dessa maneira obtiveram suas casas e coisas, criaram seus filhos e filhas (MOTTA, 2017, p. 170).

Atualmente, é possível encontrar diversas pesquisas acadêmicas (CHERFEM, 2014; PEREIRA, 2016; FRANCO, 2017; MOTTA, 2017; VERONESE, 2016) sobre o trabalho autogestionário em cooperativas de reciclagem, assim como a atuação dos atores sociais que compõem esse segmento: os catadores e catadoras, como se auto designam, mesmo quando inseridos em cooperativas e associações formais.

De acordo com essas pesquisas, a base da cadeia produtiva da reciclagem é ocupada, quando majoritariamente feminina, por mulheres negras e pobres. A ascensão do catador (a) como categoria profissional se deu pela luta contra a marginalização de grande parcela da população, que é negra e feminina, indicando que mesmo tendo passado décadas de transformações, “a situação das mulheres negras ainda hoje reproduz opressões e vivências que poderiam ser de um passado remoto” (MOTTA, 2017, p. 179).

4.1 INTERSECCIONALIDADES E A QUEBRA DE PARADIGMA DA MULHER UNIVERSAL

O conceito de interseccionalidade foi usado formalmente, pela primeira vez, no ano de 1989, pela jurista feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw. Embora a autora admita que o conceito era utilizado por mulheres negras, em período anterior. Viveros Vigoya (2016), afirma que esta abordagem dentro do pensamento feminista já era realizada, antes mesmo que fosse cunhado uma palavra para defini-la.

Um dos símbolos deste movimento, nos Estados Unidos, é o manifesto *Combahee River Collective*, de 1977, desenvolvido por um coletivo de feministas negras e lésbicas de Boston. Elas defendiam a articulação de lutas contra opressão sexual de mulheres, em toda a dimensão da dominação e das desigualdades baseadas no racismo, heterossexismo e discriminação de classe (HENNING, 2015).

No manifesto *Combahee River Collective* é ressaltada a ação simultânea das opressões que atuam através da raça, da classe e sexual, de forma que separá-las em categorias distintas não seria possível, pois elas não se sobrepõem nem se somam, mas se recortam e imbricam, umas nas outras (SARDENBERG, 2015, p. 76). A política sexual no patriarcado é tão difusiva na vida das mulheres negras assim como as políticas de classe e de raça, “gerando dificuldade em separar a opressão de raça, da de classe e da sexual, porque elas são vivenciadas simultaneamente” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE, 1981, p. 213).

Kimberlé Crenshaw afirma a necessidade de pensar o feminismo de forma interseccional, pois,

[...] a importância de desenvolver uma perspectiva que revele e analise a discriminação interseccional reside não apenas no valor das descrições mais precisas sobre as experiências vividas por mulheres racializadas, mas também no fato de que intervenções baseadas em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições das mulheres são, muito provavelmente, ineficientes e talvez até contraproducentes (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Crenshaw faz referência as relações de poder estabelecidas sobre as mulheres, com bases no machismo, no racismo, na luta de classes e que se cruzam criando múltiplas formas de opressão, assim como a diversificação do poder

exercido sobre seus corpos. Portanto, as mulheres negras sofrem as experiências de discriminação e preconceito com mais intensidade, aumentando o nível de vulnerabilidade destas mulheres.

Nos anos 1990, “a discussão do termo interseccionalidade ocupou os limites entre os movimentos sociais e a academia, como um termo que parecia capturar melhor o crescente corpus interseccional de ideias e práticas” (COLLINS, 2017, p. 10). No entanto, Collins (2017), afirma que as narrativas que revelam a emergência da interseccionalidade, geralmente não fazem associação aos movimentos sociais, limitando-se a localizá-la apenas à origem acadêmica, atribuída à Kimberlé Crenshaw, em seu artigo *Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color*, publicado na *Stanford Law Review* (Crenshaw, 1991).

Contudo, segundo Collins,

[...] o artigo de Crenshaw oferece menos um ponto de origem da interseccionalidade, do que um marcador que mostra como os limites estruturais e simbólicos da interseccionalidade se deslocaram ao longo dos anos de 1990, quando este projeto de conhecimento foi afastado do movimento social e incorporado pela academia (COLLINS, 2017, p. 10).

De acordo com Viveros Vigoya (2016), a genealogia imputada à interseccionalidade se modifica conforme o contexto nacional no qual é analisado. Segundo a autora, nos Estados Unidos a dinâmica usada é aquela influenciada pelo *black feminism*. Na Europa, se vincula ao pensamento feminista pós-moderno, onde “as identidades são conceitualizadas como múltiplas e fluídas, e se articulam com a perspectiva de poder, com ênfase aos processos dinâmicos e da construção de categorias normalizadoras e homogeneizantes, de Michel Foucault” (VIVEIROS VIGOYA, 2016, p. 7).

Em países como a França e na América Latina, a interseccionalidade ganha espaço no contexto acadêmico a partir do ano 2008. Porém, a variedade de definições usadas para descrever as relações entre gênero raça e classe demonstra a dificuldade em analisar essa abordagem, pois,

[...] mientras algunas se refieren al género, la raza y la clase como sistemas que se intersectan, otras las entienden como categorías analógicas o como bases múltiples de la opresión, como ejes distintos o ejes concéntricos. Cada una de estas enunciaciones tiene implicaciones teóricas propias. El razonamiento analógico permitió, por una parte, la teorización de la categoría “mujeres” como clase, producida por un sistema de dominación autónomo e irreductible a las relaciones de producción capitalista, y por otra, la construcción del concepto de sexismo con base en el modelo del racismo (VIVEROS VIGOYA, 2016, p. 7).

Viveros Vigoya (2016) faz referência à filósofa francesa Elsa Dorlin, que afirma que a interseccionalidade necessita ser pensada sob o ponto de vista analítico e fenomenológico. Do ponto de vista analítico, toda dominação, por definição, é dominação de classe, de sexo, de raça e neste sentido é por si só interseccional, pois o gênero não pode se dissociar da raça e da classe. E da perspectiva fenomenológica, a interseccionalidade pode ser entendida como a experiência da dominação exercida sobre mulheres negras em situação de exclusão social (DORLIN, 2009 *apud* VIVEROS VIGOYA, 2016).

Viveros Vigoya (2016), afirma, contudo, que a noção de dominação não pode ser confundida com o conceito de interseccionalidade, visto que,

[...] la idea según la cual toda dominación es, por definición, interseccional implica, por ejemplo, que tanto las mujeres blancas y ricas como las mujeres pobres y negras son producidas por las relaciones de género, raza y clase; la dificultad para asumir lo de esta manera reside en que las primeras, algozar de privilegios de clase y color, no perciben ni experimentan las relaciones imbricadas de clase, raza y sexo que las producen, mientras que las segundas sí lo hacen (VIVEROS VIGOYA, 2016, p. 8).

Na América Latina, os estudos feministas de gênero e interseccional iniciam nos 1980, quando mulheres negras e lésbicas em sua maioria, passam a questionar o feminismo existente até então. As críticas se davam sobre questões relacionadas ao racismo e ao heterossexismo, que eram deixados de fora da luta feminista, praticada por mulheres brancas, heterossexuais e de classe média. Assim como nos anos 1990, se iniciam movimentos de luta de mulheres indígenas e afrodescendentes, onde as críticas eram voltadas ao feminismo estritamente urbano e branco (VIVEROS VIGOYA, 2016).

O presente capítulo buscou acessar de forma ampla o conceito de interseccionalidade, assim como o cruzamento gênero, raça e classe, mesmo antes

que existisse um termo que definisse essas experiências. Estas ferramentas teóricas possibilitaram a realização de uma leitura interseccional em uma Cooperativa de Reciclagem de Resíduos, através das experiências das trabalhadoras.

5 CAMPO EMPÍRICO E PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a inserção da pesquisadora no campo empírico, assim como apresentar a Unidade de Triagem (UT) pesquisada. Contudo, será descrita a construção da Coleta Seletiva em Porto Alegre e os marcos legais que orientam a reciclagem de resíduos no município.

A Unidade de Triagem Frederico Mentz atua, juntamente com outras 16 UT, distribuídas na capital, recebendo, triando e comercializando os resíduos coletados pelo DMLU e de forma individual. É possível perceber que as políticas relacionadas à reciclagem avançam, porém ainda há muito a ser investido, de forma a qualificar o serviço e a vida dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem.

5.1 INSERÇÃO DA PESQUISADORA NO CAMPO EMPÍRICO E PERCURSO METODOLÓGICO

O contato do campo se deu através de Projeto de Extensão, do Centro Universitário Metodista (IPA), onde a pesquisadora, durante a graduação em Psicologia, foi bolsista, permitindo aproximação aos trabalhadores (as) e acesso às instalações da Unidade de Triagem Frederico Mentz. A vigência da bolsa de extensão correspondeu ao período de maio a dezembro de 2015, sendo encerrada devido à formatura da bolsista.

Durante esse período, juntamente com a professora do curso de Psicologia, e a professora do curso de Design da Moda, do IPA, mais quatro alunos do curso de Psicologia, eram realizadas semanalmente, oficinas com os (as) trabalhadores (as) da Cooperativa. O Projeto de Extensão tinha como público alvo direto as mulheres e homens associados à Cooperativa, e indiretamente, os familiares e comunidade em torno da UT (Bairros Humaitá e Navegantes).

Os objetivos principais propostos pelo projeto e executados pelos alunos da psicologia eram: Fortalecer os trabalhadores (as) da reciclagem associados à Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR), com o estímulo à criação de uma rede de solidariedade; promover um espaço sistêmico de diálogo

que possibilitasse a valorização das histórias de vida e trocas de experiências (saberes e fazeres); fortalecer os processos de autonomia, autoestima e confiança.

As atividades eram realizadas através de grupo comunitário, sendo o grupo compreendido como um espaço para compartilhamento dos diversos domínios da vida dos sujeitos e da coletividade (familiar, profissional, comunitário, cultural, entre outros), abrindo um repertório de possibilidades de expressão dos conflitos, medos e incertezas dos participantes, em um ambiente livre de julgamentos, onde se valorizam as diferenças, as histórias, os saberes e as experiências de vida de cada um, e se fortalece as redes de solidariedade no encaminhamento das dificuldades.

Neste sentido, é sempre importante destacar nosso papel enquanto acadêmicas e acadêmicos, e a maneira com que nos colocamos nos diversos espaços de inserção das ciências sociais, buscando

[...] uma nova maneira de sentir e pensar que não se baseia em supostas verdades fixas e gerais, mas acolhe a vida em sua contínua processualidade e transformação. Trata-se de uma serenidade frente à multiplicidade, ao acaso, àquilo que nos transforma sem nos darmos conta; o avesso dos valores morais, que supõem uma ordem natural e imutável do mundo (ANDRADE; MORATO, 2004, p. 346).

Minha inserção se dava através de ações pontuais de acompanhamento dos trabalhadores nos espaços de produção (local da separação, prensa e acondicionamento dos resíduos em fardos), nos locais de sociabilidade dentro da cooperativa (refeitório, tele centro, atividades festivas e de lazer).

As cooperativas de trabalho, no campo da reciclagem de resíduos, concentram em seu quadro de associados pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, e que geralmente, já possuíam algum vínculo com a catação ou a separação de resíduos. A catação de materiais recicláveis, de forma individual, é muito comum nos centros urbanos, e na maioria dos casos se constitui em fonte de renda mínima para que os (as) trabalhadores (as) consigam algum alimento para si e sua família, no final de cada dia.

As pessoas que trabalham no processo de separação e comercialização dos resíduos sólidos oriundos das grandes cidades contribuem, através da reciclagem, para a diminuição dos impactos ambientais causados pela produção de lixo. Além da questão ambiental, as cooperativas e associações de reciclagem são a principal

fonte de renda de mulheres e homens, que assim como o lixo, são tratados como descartáveis.

Retomando a perspectiva desta pesquisa, a mesma tem o intuito de caracterizar o campo da reciclagem de resíduos no Brasil, e especificamente no município de Porto Alegre. Compreendendo as Cooperativas de Reciclagem como Empreendimentos Econômicos Solidários, atuando para a inclusão de diversas pessoas que estão fora do mercado de trabalho formal, demonstrando a importância da inserção destes postos de trabalho na Economia Solidária.

Neste sentido, buscou-se traçar a linha histórica de construção do Movimento Nacional dos Catadores de Material Reciclável e a busca pelo reconhecimento dos (as) catadores (as) de resíduos enquanto categoria profissional. Sua importância se dá pela abertura de espaços de protagonismo destes profissionais, sobretudo de mulheres catadoras.

O objetivo principal da pesquisa foi conhecer e caracterizar as mulheres trabalhadoras do campo da reciclagem de resíduos e compreender sua atuação nestes espaços, assim como suas experiências atravessadas pela interseccionalidade de gênero, raça e classe. Para tanto, foi essencial buscar como se deu a construção destes espaços de inclusão que se constituem através do trabalho cooperativo e da reciclagem de resíduos.

Para alcançar tais objetivos, procurou-se realizar uma pesquisa qualitativa através de estudo de caso, pois este procedimento técnico possibilitou a realização de observações diretas e entrevistas. O estudo de caso em uma cooperativa possui a capacidade de lidar com uma completa variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações (YIN, 2005).

Segundo Yin (2005), através do estudo de caso é possível observar fenômenos atuais, inserindo-se nas realidades em que eles ocorrem. Estes fenômenos podem ser lidos como manifestações, que em determinados momentos não se dissociam da realidade em que ocorrem, ou seja, os limites entre fenômeno e contexto não estão bem definidos.

A pesquisa bibliográfica prévia foi essencial para a imersão no campo a ser estudado, pois a mesma auxiliou na expansão do conhecimento de determinados temas, assim como enriqueceu a fundamentação teórica da pesquisa. Para tanto, foi

realizada a leitura de teses e dissertações sobre temas e pesquisas afins, como também a construção da bibliografia através de artigos, capítulos de livros sobre economia solidária e interseccionalidade, além da legislação sobre reciclagem de resíduos sólidos.

Para a realização da abordagem qualitativa, a produção dos dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas, observação participante e diário de campo. A entrevista semiestruturada seguiu o roteiro de questões, denominado tópico guia, pois o mesmo é um facilitador para suprir os objetivos da pesquisa, definindo o roteiro das entrevistas e quem deve ser entrevistado. O tópico guia auxiliou nas questões a serem seguidas, buscando a utilização de uma linguagem simples, empregando termos familiares adaptados às entrevistadas (GASKELL, 2007).

Contudo, a entrevista semiestruturada possibilitou que as entrevistadas falassem livremente sobre assuntos que pertinentes como desdobramentos do tema de pesquisa. A realização de entrevistas no ambiente da Unidade de Triagem foi um desafio, e só foi possível após um processo de construção da confiança entre a pesquisadora e as entrevistadas.

A técnica de observação participante ocorreu pelo contato direto da pesquisadora com os fenômenos observados. Contribuiu para obtenção de informações sobre a realidade das trabalhadoras em seus próprios contextos (GERHARDT; SOUZA, 2009), ou seja, no dia a dia das mulheres em seu ambiente de trabalho.

A maior parte do contato com as trabalhadoras se deu através da conversa ao “pé da esteira”, durante a execução de suas tarefas, apresentando como a possibilidade de coletar informações importantes sobre a vida das pesquisadas, de maneira menos formal, proporcionando o contato direto com suas rotinas. Yin (2005) aponta as entrevistas em estudos de caso exigem uma atuação em dois níveis simultaneamente, ou seja, “satisfazendo as necessidades da linha de investigação definida, juntamente com a utilização de questões amigáveis e não-ameaçadoras nas entrevistas espontâneas” (YIN, 2005, p. 117).

Através do instrumento de registro denominado diário de campo, foi possível registrar informações que contribuíram para a construção dos objetivos desta

pesquisa, na fase da elaboração do projeto. O diário de campo se define como um instrumento de anotações, comentários e reflexões para uso individual da pesquisadora (FALKEMBACH, 1987). O diário possui o registro das conversas informais, dos eventos observados e das atividades desenvolvidas no dia a dia da unidade de triagem, assim como a rotina simples e rica de uma cooperativa de reciclagem.

Através de pesquisa exploratória foi possível ter acesso à rotina e às características das trabalhadoras e trabalhadores da UT Frederico Mentz. De acordo com Gil (1999), a realização da pesquisa exploratória contribui para a obtenção de uma visão geral do campo empírico e de fenômenos relacionados a fatos específicos.

Após a aproximação dos trabalhadores e trabalhadoras da UT Frederico Mentz que estavam ativos na produção no período correspondente ao segundo semestre de 2018, se iniciou a fase de escolha das trabalhadoras que iriam participar da pesquisa. Optou-se por entrevistar as associadas mais antigas do empreendimento, de modo que sua participação ocorresse de forma efetiva. As Unidades de Triagem de resíduos têm como característica a rotatividade dos (as) trabalhadores (as), o que inviabiliza a aproximação e criação vínculo com eles (as), por parte da pesquisadora.

Para tanto, 5 trabalhadoras foram convidadas a participar da pesquisa, respondendo às questões presentes no tópico guia (APÊNDICE A), assim como de conversas informais durante o trabalho na esteira. Para identificações das pesquisadas preservando as identidades, optou-se pela utilização de nomes fictícios de autoras importantes na literatura e pesquisa sobre interseccionalidade e feminismo negro. A seguir, tabela com informações gerais das pesquisadas:

Tabela 1 – Entrevistadas

Entrevistadas	Idade	Estado Civil	Escolarização	Etnia/Raça Informada	Orientação Sexual Informada	Gênero Informado
<i>Carneiro</i>	63	Viúva	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Heterossexual	Feminino
<i>Gonzalez</i>	27	Solteira	Ensino Fundamental Incompleto	Branca	Heterossexual	Mulher
<i>Lorde</i>	19	Solteira	Ensino Médio Incompleto	Negra	Heterossexual	Feminino
<i>Collins</i>	29	Casada	Ensino Fundamental Incompleto	Parda	Heterossexual	Feminino
<i>hooks</i>	42	Separada	Ensino Médio Incompleto	Branca	Homossexual	Mulher

Fonte: Elaborada pela autora (2019).

O procedimento adotado para a análise dos dados foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), constituindo-se em um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Buscando obter, por “procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens” (BARDIN, 2011, p. 47).

A análise de conteúdo foi utilizada a fim de viabilizar a criação de indicadores e códigos que pudessem auxiliar a interpretação final dos dados produzidos. Este método é utilizado como estratégia em investigações qualitativas, pois possibilita abranger um conjunto de ferramentas cujo objetivo é a busca de sentidos contidos em documentos, material coletado através de entrevistas ou notas de observações em campo (BARDIN, 2011).

Para dar conta de analisar teoricamente essas questões, foram utilizados os estudos sobre interseccionalidade de gênero e o cruzamento com outros marcadores sociais, assim permitindo uma melhor compreensão das condições de

existência das mulheres, especialmente no contexto da reciclagem de resíduos. (ARCOVERDE, 2016).

O ingresso em uma unidade de separação e comercialização de resíduos sólidos teve o intuito de compreender as experiências de vida das mulheres trabalhadoras. O espaço da reciclagem de resíduos, no Brasil, é predominantemente habitado por mulheres negras e pobres, que convivem com a invisibilidade e a exclusão, ao mesmo tempo em que lutam por melhores condições de existência para si e para os seus.

A interseccionalidade foi utilizada como ferramenta analítica (PISCITELLI, 2008), pois contribui para quebrar o paradigma sobre a definição de mulher universal. Tal análise auxilia na compreensão das experiências vividas por mulheres, que têm suas existências marcadas pela intersecção de gênero, raça e classe em contextos de exclusão (VIVEROS VIGOYA, 2016).

A pesquisa a partir da perspectiva da interseccionalidade possibilitou uma análise ampliada e não fixada em apenas uma categoria, como a de gênero, ou raça, ou classe, tendo o propósito de identificar a articulação entre as opressões pelas mulheres (PISCITELLI, 2008).

Nos tópicos a seguir, serão apresentadas as principais características da coleta seletiva e política de reciclagem de resíduos no município de Porto Alegre, assim como a caracterização do campo empírico, ou seja, a Unidade de Triagem Frederico Mentz. O próximo tópico apresenta a análise das informações produzidas no campo através das entrevistas, conversas e observação participante, com a utilização do conceito de interseccionalidade como ferramenta de leitura dos fenômenos observados.

5.2 RECICLAGEM DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE – PIONEIRISMO E MUDANÇA DE PARADIGMAS

A aprovação da Lei 12.305, em 2010, que estabeleceu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), foi um marco regulador para as atividades relacionadas à reciclagem no Brasil. A atualização da legislação sobre os resíduos sólidos gerados

pela população teve o intuito de gerar mudanças no comportamento das pessoas, em relação ao “lixo” que produziam, buscando incentivar a separação e descarte consciente dos resíduos. De acordo com a nova política, o foco das ações está na ampliação de práticas de educação e sensibilização ambiental, assim como maior punição para quem não cumpre as normas de descarte correto dos materiais (VERONESE, 2016).

A palavra “lixo”, usada propositalmente entre aspas, foi substituída por resíduo sólido, buscando uma linguagem adequada ao que determina a PNRS, assim como substituindo a ideia de algo que não tem utilidade, que pode ser descartado em definitivo. De acordo com a PNRS, resíduo sólido fica designado como:

[...] material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível (BRASIL, 2012, p. 11).

Não se trata da troca de conceitos apenas, mas da consolidação de diretrizes que buscam incentivar mudanças no comportamento das pessoas, no que concerne a relação com a produção de resíduos, o descarte e a maior preocupação com questões ambientais. Além disso, busca estabelecer parâmetros para que os municípios cumpram e façam cumprir as normas em relação à coleta seletiva, extinção de lixões a céu aberto, contando com espaços organizados e estruturados, que possibilitem a separação e acondicionamento dos materiais, para que os mesmos possam retornar à cadeia produtiva, diminuindo a exploração de recursos naturais.

Porto Alegre foi um dos primeiros municípios do Brasil a implantar o Sistema de Coleta Seletiva, buscando realizar um serviço de sensibilização da população para a separação correta dos resíduos (DMLU, 2015). A coleta seletiva no município busca consolidar-se e adaptar-se às legislações, pautando-se em uma perspectiva que conduza à preservação do meio ambiente, assim como a grande relevância econômica relacionada à reciclagem e reaproveitamento dos resíduos.

No início da década de 1990, durante o exercício do prefeito Olívio Dutra, ficou determinada a transformação do Lixão da Zona Norte em aterro sanitário controlado (PMGIRS, 2013). A partir da drenagem, compactação dos resíduos, cobertura dos materiais, assim como a remoção das pessoas que trabalhavam e moravam naquela área, iniciou-se o processo de implementação de uma nova perspectiva em relação aos resíduos.

Os trabalhadores e trabalhadoras que dependiam da catação de resíduos do lixão deveriam ser alocados em um galpão de reciclagem, construído no espaço junto ao aterro, com estrutura para realizar a triagem dos materiais que eram trazidos pela coleta seletiva, ainda em sua fase inicial. A coleta seletiva consiste no recolhimento de resíduos sólidos recicláveis que são descartados pela população, comércio e empresas e seu transporte aos espaços de triagem.

A coleta seletiva de materiais recicláveis é de responsabilidade do município, compreendendo a execução de recolhimento, de forma manual ou mecânica, dos resíduos residenciais e não residenciais. A coleta, transporte e descarga nas Unidades de Triagem são realizados pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), através de convênios com empresa terceirizada, que deve cumprir o calendário de prestação de serviços nos bairros (PMGIRS, 2013).

A construção de um programa de coleta seletiva que conta com espaços denominados Unidades de Triagem (UT's) teve seu início em 1989. Surgindo através de iniciativa do DMLU, as UT's se tornam o espaço onde ocorre a separação dos materiais recolhidos nos bairros, atuando principalmente na redução dos resíduos enviados aos aterros sanitários (PMGIRS, 2013).

O bairro Bom Fim, em Porto Alegre, foi o primeiro bairro a participar do programa de coleta seletiva implantado pela prefeitura, em julho de 1990. Neste período, os moradores foram convidados a atuar no processo, através da separação dos resíduos dentro das residências, possibilitando o descarte em duas modalidades: resíduos secos (recicláveis, recolhidos pela Coleta Seletiva) e resíduos orgânicos (que não podem ser reciclados, recolhidos pelo caminhão tradicional).

A convocação para esta mudança de comportamento e consciência em relação ao "lixo", foi aceita pela população do Bom Fim, constituindo-se na primeira

experiência de coleta seletiva do Brasil. A experiência se expandiu pelo município, até que em 1996, o programa atendia 100% dos bairros formais, recolhendo os materiais uma vez por semana (PMGIRS, 2013).

Trabalhando com o conceito de sustentabilidade ambiental junto à população, o programa de coleta seletiva, em Porto Alegre, atuou para a destinação correta dos resíduos, assim como para a geração de renda a diversos (as) trabalhadores (as) do campo da reciclagem, “tornando-se um dos maiores programas de preservação ambiental e de geração de trabalho do município” (PMGIRS, 2013, p. 114).

Em 2006, inicia a elaboração do Plano Diretor de Resíduos Sólidos (PDRS), de Porto Alegre, constituindo-se como uma das ações estratégicas em relação à gestão de resíduos. O PDRS antecipou pautas que em 2012 iriam compor o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), criado a partir do Decreto nº 18.461, de 20 de novembro de 2013, tornando-se o instrumento que aplica e fiscaliza as determinações da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010.

No município de Porto Alegre, em 2014, foi sancionada a Lei Complementar 728/2014, que institui o novo Código Municipal de Limpeza Urbana. Esta Lei atualizou as normas que estavam vigentes desde 1990 e que buscou adaptar-se às exigências da PNRS.

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), responsável pelo recolhimento dos resíduos descartados pela população, indica que no período de 2015, cerca de 25.914,17 t./mês advindo da coleta domiciliar, contendo 30 % de material, potencialmente reciclável; e 2.243 t./mês encaminhadas às Unidades de Triagem para reciclagem, via Coleta Seletiva (DMLU, 2015).

As Unidades de Triagem, responsáveis pela separação e comercialização dos materiais oriundos da coleta seletiva são organizadas através de associações ou cooperativas e toda renda gerada a partir da comercialização dos resíduos é dividida entre seus associados. Atualmente, Porto Alegre conta com 17 Unidades de Triagem, distribuídas por diversos bairros e que são geridas através de cooperativas ou associações. As UT's oficialmente ativas são:

Tabela 2 - Unidades de Triagem no município de Porto Alegre

Unidade de Triagem <u>Anitas</u>
Unidade de Triagem Reciclando Pela Vida
Unidade de Triagem Anjos da Ecologia
Unidade de Triagem Santíssima Trindade
Unidade de Triagem São Pedro
Unidade de Triagem Rubem Berta
Unidade de Triagem Ilha
Unidade de Triagem Aterro Norte
Unidade de Triagem <u>Coopertinga</u>
Unidade de Triagem Vila Pinto
Unidade de Triagem Campo da Tuca
Unidade de Triagem Cavalhada
Unidade de Triagem Padre Cacique
Unidade de Triagem e Compostagem UTC
Unidade de Triagem Novo Chocolate
Unidade de Triagem Frederico Mentz
Unidade de Triagem Paraibas

Fonte: DMLU (2018).

A separação dos resíduos pela população, para que os mesmos possam ser coletados e reciclados, ganha função social, pois os materiais oriundos da coleta seletiva são destinados às Unidades de Triagem (UT), gerando trabalho e renda a uma parcela da população de Porto Alegre. A organização dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem em cooperativas de trabalho possibilita a profissionalização do trabalho de catador (a), buscando incluí-los (as) socialmente.

5.2.1 Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) – Unidade de Triagem Frederico Mentz

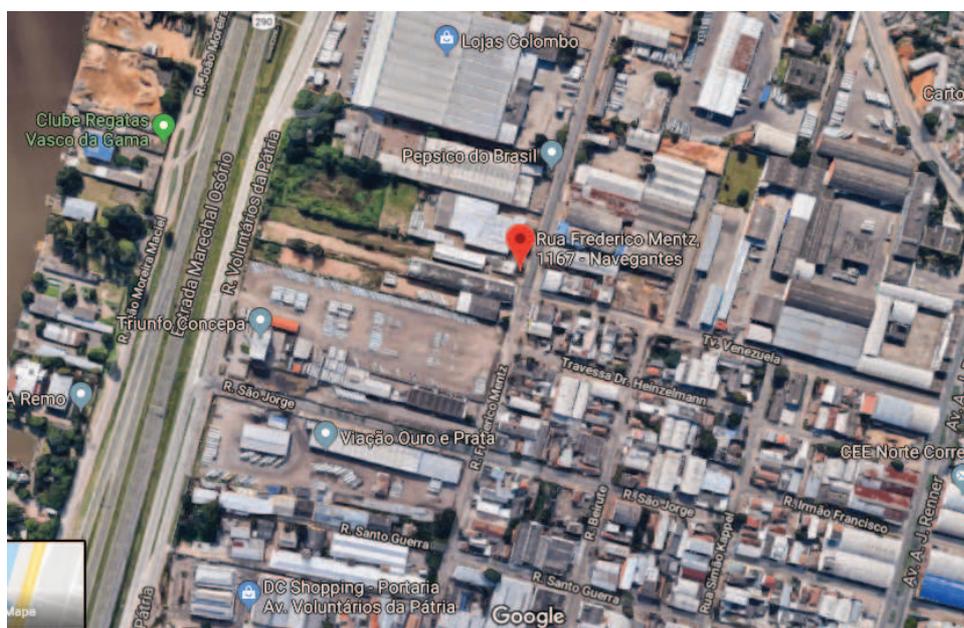
Nesse contexto, encontramos a Unidade de Triagem (UT) Frederico Mentz, localizada no bairro Navegante, tornando-se a 18ª UT inaugurada em 2011. O grupo

de trabalhadoras e trabalhadores da UT Frederico Mentz é composto por ex-catadores (as) e carrinheiros (as), que realizavam a separação de resíduos em baixo de pontes e outros lugares insalubres, na região das Ilhas do Guaíba.

A cooperativa conta com um espaço amplo e os equipamentos são automatizados, devido a parceria firmada entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e o Instituto Coca-Cola Brasil, em 2014. Através do Programa Somos Todos Porto Alegre, a prefeitura criou mecanismos para que os catadores e catadoras pudessem atuar com novas ferramentas, abandonando o modelo de catação com carrinhos e carroças (DMLU, 2018).

Localizada no número 1167, da rua Frederico Mentz, no bairro Navegantes, a Unidade de Triagem faz parte da Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem (CEAR) Sepé Tiarajú. De costas para a BR-290, a sede da UT Frederico Mentz está localizada no 4º Distrito de Porto Alegre, região que já foi considerado centro social e comercial da capital. Em meio a grandes empresas de transportes, shopping, universidade, depósito de redes de lojas, condomínios residenciais, estádio de futebol moderno e grandes obras de engenharia (construção da segunda ponte sobre o Guaíba), a UT se destaca pela sua capacidade de enfrentar as carências econômicas e ser um lugar de possibilidades para trabalhadores e trabalhadoras desempregados (as) da região.

Fotografia 1 – Mapa da localização do terreno da Unidade de Triagem Frederico Mentz



Fonte: Google Maps (2019).

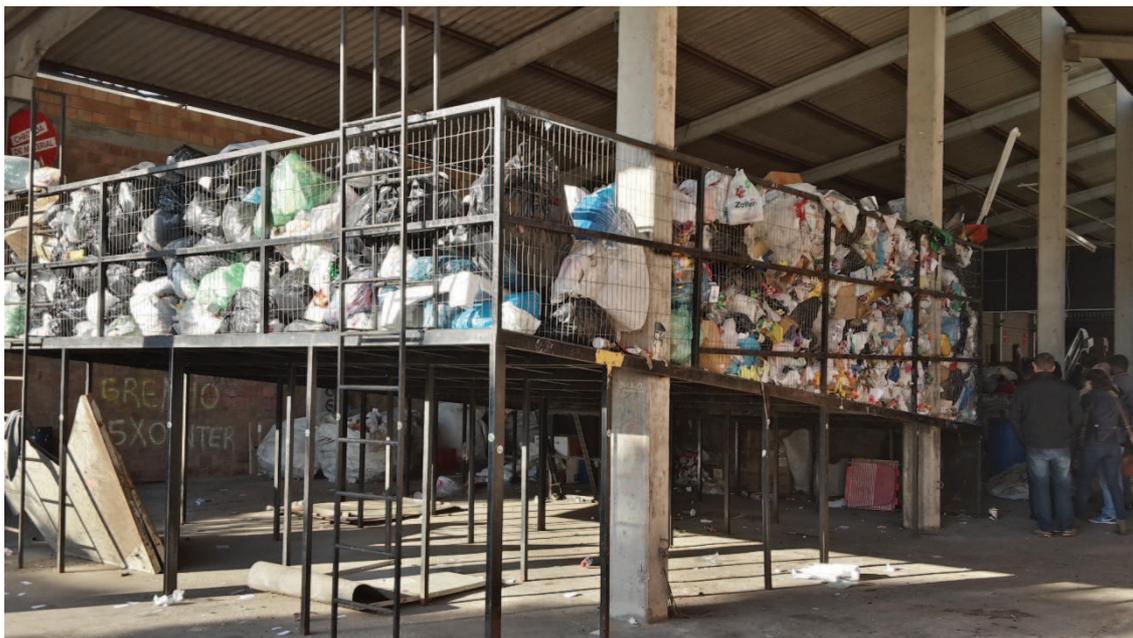
O local conta com a estrutura do galpão, os maquinários utilizados para separação, prensagem, pesagem e acondicionamento dos resíduos sólidos recicláveis. Possui uma pequena biblioteca, sanitários, vestiário, cozinha e refeitório, onde são servidas as refeições aos trabalhadores (as).

Fotografia 2 – Esteira mecânica



Fonte: Imagens feitas pela autora (2017).

Fotografia 3 – Gaiola com materiais da Coleta Seletiva



Fonte: Imagens feitas pela autora (2017).

Fotografia 4 – Bag's e tonéis com resíduos triados



Fonte: Imagens feitas pela autora (2017).

A partir de 2016, a UT Frederico Mentz passa por diversas dificuldades oriundas do atraso do pagamento do convênio firmado com a Prefeitura Municipal de

Porto Alegre, assim como a pouca quantidade e má qualidade dos resíduos que chegam até a UT, através do DMLU. A crise financeira e política que acomete os municípios, sobretudo a capital gaúcha, atinge principalmente as camadas pobres da sociedade, reduzindo a renda mensal dos trabalhadores (as) da reciclagem.

Os (as) trabalhadores (as) associados a CEAR são pessoas que moram nas vilas Farrapos e Humaitá, assim como na Região das Ilhas do Pavão e dos Marinheiros. No período correspondente a dezembro de 2018, o número de trabalhadores (as) era em torno de 17 pessoas, sendo 13 mulheres e 4 homens, que ocupam lugar na produção (separação, prensagem e enfardamento dos resíduos), comercialização e gestão do empreendimento.

Para organização do trabalho e melhor gestão dos recursos financeiros, físicos e humanos, a cooperativa se orienta a partir do Regimento Interno, que foi construído em 2015, e contou com a participação dos (as) trabalhadores (as) associados (as). A participação direta dos (as) trabalhadores (as) associados (as) na gestão é a principal característica das Cooperativas de Trabalho, configurando-se na autogestão do empreendimento.

Os materiais recebidos são triados, prensados e pesados de forma a serem comercializados e retornarem à Cadeia Produtiva da Reciclagem. A própria cooperativa é responsável pelo contato com os compradores dos materiais que chegam à UT, através DMLU e de empresas parceiras. Os principais materiais separados e comercializados, de acordo com as especificações são,

Papel (branco, papelão, misto, jornal, *kraft*, multicamada), sucata de ferro, alumínio (latas, panelas, bandejinhas, latinhas, perfis), metais não ferrosos (sucata, chapas de raio-X, fio condutor, latão, antimônio, cobre, chumbo, aço inox), plásticos (misto, PET, sacolas, saquinhos, PP, isopor, PVC), cacos de vidro, demais vidros (garrafas, garrafões, de conservas e similares) (DMLU, 2015).

Os ganhos oriundos da comercialização dos resíduos são divididos entre os trabalhadores (as) de acordo com a produção, isto é a participação de cada um no processo de separação, conforme indica o Regimento Interno do Empreendimento. O pagamento é realizado através de depósito bancário, o que torna obrigatória a abertura de conta para cada trabalhador (as).

Esse sistema possibilita cumprir a obrigatoriedade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2015, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais, ou seja, é realizado o recolhimento de valor referente à Previdência Social. Esta norma garante aos cooperados direitos similares aos trabalhadores da iniciativa privada.

A Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiarajú participa de forma ativa junto ao Fórum de Entidades Associativas e Cooperativas de Catadores e Recicladores de Porto Alegre, qualificando as relações entre outras entidades, assim como reivindicando melhores condições perante à parceria firmada com o DMLU. Através do Fórum, as Unidades de Triagem do Município se articulam para criar iniciativas que propaguem a importância da separação e destinação correta dos resíduos, mas também a parceria para aluguel e compra de equipamentos e veículos que auxiliem a coleta de materiais.

Além do mais, a cooperativa participa de um programa proposto pela Associação Brasileira da Indústria, Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC), que através da Logística Reversa, envia materiais a serem separados e comercializados pelo empreendimento. De acordo com a PNRS, a logística reversa se configura como um:

Instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada (BRASIL, 2012, p. 11).

Este programa disponibiliza uma Assistente Social, que presta assessoria à gestão do empreendimento, assim como recurso para compra de um veículo que deve ser utilizado na coleta de materiais recicláveis, de forma independente. Sendo assim, a busca por parceria no setor privado torna-se necessária, devido à má gestão do município em relação à coleta seletiva, o que precariza o trabalho das cooperativas de reciclagem em Porto Alegre.

Esses fatores alteram a rotina nos galpões, prejudicando a permanência dos trabalhadores (as) que não podem contar com uma renda fixa e tampouco têm a garantia de condições de trabalho, pois sem o recebimento do recurso do convênio,

não é possível a realização dos pagamentos de luz, água e alimentos para o almoço dos trabalhadores (as). Em relação aos resíduos que chegam às UT's, o DMLU divulgou a quantidade de material entregue nas 17 Unidades de Triagem de Porto Alegre, nos últimos anos:

Tabela 3 - Material distribuído entre todas 17 Unidades de Triagem

2014 - 27 mil toneladas
2015 - 28 mil toneladas
2016 - 21 mil toneladas
2017 - 20 mil toneladas

Fonte: DMLU (2018).

Apesar do pioneirismo na implantação da coleta seletiva no país, Porto Alegre enfrenta nos últimos anos uma crise no setor. Diversos fatores influenciam a quantidade e qualidade dos resíduos que chegam até as UT's, como a coleta clandestina, o atraso nos pagamentos de convênios às Entidades responsáveis pela coleta seletiva e para as Unidades de Triagem, demonstrando a menor vontade da administração municipal atual de priorizar o programa de coleta seletiva.

6 EFEITOS DAS DESIGUALDADES NA VIDA DAS TRABALHADORAS, SOB O PRISMA DA INTERSECCIONALIDADE

Na análise do material produzido através das técnicas de coleta de dados, foi possível perceber que as vidas das mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem Frederico Mentz são atravessadas por características sociais similares. Ou seja, as experiências de vida e de oportunidades que contribuíram para sua constituição enquanto mulheres adultas, são encontradas no cotidiano de todas as mulheres entrevistadas. Contudo, cada uma delas apresenta singularidades inerentes a sua constituição como ser humano e sujeito social.

É possível observar que entre as mulheres negras, o preconceito e a falta de oportunidades são potencializados, o que agrava a vulnerabilidade social e as condições para obtenção de um trabalho formal. As desigualdades que vivenciam as mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem Frederico Mentz se potencializam para as trabalhadoras negras, agravando suas condições de vida. Os efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe em sua existência repercute na educação, acesso ao trabalho formal, saúde, habitação, violência etc.

Nenhuma das entrevistadas concluiu os estudos regulares em nível médio. Como visto na tabela com dados gerais, duas concluíram o equivalente ao Ensino Fundamental (EF), mas não conseguiram terminar o Ensino Médio (EM). Três entrevistadas não tiveram a chance de concluir o Ensino Fundamental. No que concerne ao acesso aos estudos dos pais, as pesquisadas informaram que seus pais não concluíram o EF, devido à necessidade de buscar formas de trabalho ainda muito jovens.

Todas as entrevistadas foram criadas pelas mães, sendo que duas contaram com a participação dos pais em sua criação. As mães de quatro entrevistadas “trabalhavam fora”. A mãe de hooks “não trabalhava”, dando conta das tarefas domésticas e o cuidado dos filhos. Todas as entrevistadas tiveram seu ingresso no trabalho muito cedo, como forma de contribuir para a renda familiar, insuficiente para a subsistência.

[Carneiro] - Meu primeiro trabalho foi na roça... no interior mesmo... trabalhando junto com meus pais...Eu tinha 11 anos e tinha que acordar antes do sol nascer. Nosso brinquedo era a terra, a enxada... mas não tinha outra forma.

A trajetória de mulheres que atuam na reciclagem de resíduos, tanto na catação na rua quanto na triagem dentro das cooperativas, é marcada por experiências sofridas, mas que são traduzidas como luta.

[Collins] – Quando a gente catava lixo na rua e juntava tudo embaixo do viaduto para poder vender e ter o que comer no final do dia era mais difícil. Eu comecei com 9 anos, com a minha mãe, a juntar para poder comer e agora aqui, em um espaço fechado, sem precisar andar na chuva, as condições são muito melhores.

O enfrentamento das dificuldades por estas mulheres é visto como forma de resistência, como a busca de melhores condições de vida e de trabalho. A luta pela subsistência torna-se central em suas existências, o que impede que as mesmas acessem direitos como o estudo, por exemplo, que é deixado em segundo plano.

[Lorde] - Ir para o colégio não ia ajudar a conseguir um trabalho. Eu tinha que me virar com que aparecesse...ajudava minha mãe nas faxinas, porque aí dava para limpar tudo mais rápido e dava tempo de catar umas coisas na rua.

[Gonzalez] – Os pais diziam que é importante estudar, mas não sei se consigo voltar, depois de uma idade a gente fica mais burra e não consegue acompanhar... o melhor é ter um troco para comprar as coisas da casa no final da semana.

No acesso à educação, a questão de gênero não é determinante para a não permanência de crianças pobres na escola, outros fatores influenciam essa condição. As meninas desde muito cedo precisam auxiliar seus pais na busca por renda, para que possam obter o que comer no final do dia. Contudo, todas as entrevistas demonstraram não terem tido acesso consistente à educação e oportunidades de trabalho formal. Em suas experiências profissionais é possível encontrar atividades relacionadas à limpeza de residências ou varrição de ruas, serviços gerais através de empresas terceirizadas etc. Davis aponta que,

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 24).

As mulheres ao ingressarem na adolescência são conduzidas a atividades ditas femininas, relacionadas ao cuidado, porém, as tarefas domésticas e a ocupação com os filhos não são vistas como trabalho. No entanto, ser mulher se constitui em uma performance que se dá no seio de uma cultura, “através de atos performativos discursivamente compelidos, ocasionando a produção dos corpos no interior das categorias de sexo, como também por meio delas” (BUTLER, 2015, p. 9).

Através da leitura interseccional compreende-se a dinâmica na qual as mulheres negras são engendradas, em relação aos postos de trabalho disponíveis para si. Akotirene (2018) aponta o pensamento interseccional proposto por Kimberlé Crenshaw, onde explica que “a coalisão das avenidas identitárias promovem barreiras raciais e sexistas para mulheres negras, que em tese não se enquadram nos postos de trabalho oferecidos às mulheres brancas e aos homens negros (Caso da General Motors)” (AKOTIRENE, 2018, p. 59).

Refletindo sobre o processo histórico que contribuiu para o afastamento das mulheres negras dos postos de trabalho, a autora resgata como eram divididos os postos de trabalho nas montadoras de automóveis, nos Estados Unidos,

Se, de um lado, nem todas as mulheres foram excluídas das indústrias e nem todos os negros foram excluídos do mercado de trabalho, somente a análise interseccional destacou a forma com que as mulheres negras sofrem a discriminação de gênero, dando múltiplas chances de interseccionar esta experiência (AKOTIRENE, 2018, p. 60).

A necessidade de garantir a sobrevivência empurra as mulheres pobres para os mais diversos tipos de trabalho, pois assim as mesmas contribuem financeiramente com suas famílias, mesmo ainda jovens, vivendo na companhia dos pais, ou da mãe e irmãos, como é o caso da maioria. O ingresso na vida adulta, o

que na maioria das entrevistadas, simbolicamente se dá através da constituição de um lar, com companheiro e filhos.

A constituição de um lar não se configura em troca de residência, pois na maioria dos casos, novas famílias se constituem, habitando os espaços já existentes, configurando-se em famílias estendidas. Contudo, as mulheres apresentam preocupação em administrar suas famílias, sobretudo após a chegada dos filhos, sentindo-se responsáveis pela organização de seus lares.

Mesmo “trabalhando fora” realizando uma jornada de aproximadamente quarenta horas semanais na Unidade de Triagem, as entrevistadas demonstram preocupação em cumprir seus papéis de esposa e mãe.

[Gonzalez] – Antes eu não trabalhava, mas quando meu marido ficou desempregado, nós dois buscamos trabalho na cooperativa... agora o trabalho é mais importante pra mim, pois não está fácil manter a casa.

As mulheres trabalhadoras, associadas à cooperativa, que são mães, têm filhos das mais diversas idades e, conseqüentemente, elas são as responsáveis por sua segurança, alimentação, deslocamento para creche ou escola. As mulheres dão ênfase à possibilidade de realizar acordos, em relação aos horários de trabalho, devido a jornada que precisam cumprir junto às atividades relacionadas à maternidade.

Essas mulheres, na maioria das vezes, encontram no trabalho associativo as condições para que possam realizar essas rotinas, lutando contra a desvalorização e o abandono. O trabalho cooperativo atua na construção de subjetividades coletivas, apresentando espaços para o exercício da autonomia no ambiente de trabalho e em espaços externos, como a comunidade onde reside.

[hooks] [...] aqui a gente tem espaço para dizer o que pensa e decidir de forma coletiva o que for melhor para todos...é a maior diferença do trabalho em empresa, por exemplo. A gente sempre tenta ver o que é melhor para a maioria, até pro pessoal continuar vindo trabalhar, se não tem muita falta...

Além de reuniões organizativas e assembleias ordinárias no final de cada ano, as reuniões do Fórum de Entidades Associativas e Cooperativas de Catadores, Marchas de Luta por direitos sociais etc., contam com a presença da coordenação e

das trabalhadoras da UT Frederico Mentz. A capacidade política e de organização potencializada através do trabalho cooperativo é apontado pelas trabalhadoras como um diferencial em relação ao trabalho no setor privado.

Ao experimentar as diversas formas de relações, as mulheres trabalhadoras da UT Frederico Mentz lidam com conflitos e desafios que permeiam o trabalho. Ao mesmo tempo em que exige um maior envolvimento, sua atuação contribui para visibilidade de suas ideias e resoluções. No entanto, as marcas da divisão sexual do trabalho são profundas em nossa sociedade, afetando, até mesmo os espaços com proposições de igualdade e solidariedade.

[Gonzalez] – Na hora do almoço, eu corro em casa para buscar as crianças no colégio...muitas vezes mal consigo comer e outras vezes o pai busca, mas não é sempre... o trabalho dele é mais pesado e precisa recuperar as forças...

Nas declarações da entrevistada Gonzalez é possível observar a naturalização de alguns papéis, que estão enraizados em nossa sociedade. A negação das atividades domésticas como trabalho real assim como o cuidado com os filhos ser encarado como tarefa feminina, pois os homens realizam o trabalho pesado. Estas percepções são baseadas em uma “lógica sexista na qual as relações estão estabelecidas e seu resultado forma uma estrutura econômica, que gera modos específicos de injustiça distributiva de gênero, incluindo a exploração, a marginalização econômica e a privação” (FRASER, 2003, p. 20).

De acordo com Davis (2016), as representações femininas são ferramentas utilizadas para justificar a exploração e dominação das mulheres. São reflexos do patriarcado, que sendo sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres, “é reforçado pelas instituições, sobretudo a religião e a família nuclear que impõe papéis de gênero desde a infância, baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos” (AKOTIRENE, 2018, p. 112).

Todas as entrevistadas se dizem cansadas com a rotina de trabalho dentro e fora de casa, e aquelas que possuem companheiros, gostariam de receber maior apoio e auxílio dos mesmos.

[Lorde] – Meu companheiro cuida do nosso filho quando é preciso, ajuda nas coisas da casa, limpa o pátio...me dá uma boa folga, as vezes...mas tem homem que não gosta, que não ajuda em nada, acha que trabalhar já é o suficiente...

[Collins] – É puxado, mas se a gente não buscar trabalho na rua como é que vai se manter, como é que vai comprar as coisas pras crianças... sempre tem uma coisa pra fazer, pra limpar, pra consertar...mas se a mulher não meter a mão não vai...

A sobrecarga sobre os corpos e mentes das mulheres é evidente em todas as falas, pois as mesmas têm consciência de que suas jornadas são maiores que as dos homens. Contudo, essa estrutura social estabelecida desafia a lógica acerca da fragilidade feminina pois naturaliza, na vida das mulheres pobres e negras, as duplas ou triplas jornadas.

Davis (2016) corrobora que a representação da fragilidade feminina pode fazer algum sentido na existência de mulheres brancas que podem se encontrar, em alguma medida, em paridade econômica com os homens. Neste sentido, recuperamos a fala emblemática de Sojourner Truth, intitulada “Não sou eu uma mulher?”, intervindo ao ouvir que as mulheres não deveriam ter os mesmos direitos dos homens, pois eram frágeis.

Ela era a única mulher negra presente na Convenção dos Direitos das Mulheres, realizado em Ohio, nos Estados Unidos, em 1851 (RIBEIRO, 2016). Em seu discurso, ela evidencia as marcas deixadas nos corpos das mulheres negras, onde a escravidão igualava homens e mulheres no trabalho pesado, nas surras, na violência:

Eu lavrei, plantei e ceifei para celeiros e nenhum homem podia ajudar-me! E não sou eu mulher? Podia trabalhar tanto e comer tanto como um homem – quando podia fazê-lo – e suportar o chicote também! E não sou eu mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maior parte delas serem vendidas para a escravidão, e quando chorei a minha dor de mãe, ninguém senão Jesus me ouviu! E não sou eu mulher? (DAVIS, 2016, p. 50).

Em sua fala, Sojourner Truth lembrou aos homens brancos e às mulheres brancas feministas que as mulheres negras já trabalhavam fora de casa há muito tempo, e que recebiam o mesmo tratamento que era destinado aos homens negros,

evidenciando que as diferenças entre os sexos são práticas sociais construídas. O discurso de Sojourner ajuda a compreender a invisibilidade das mulheres negras e suas lutas, assim como os obstáculos que as impedem de se tornarem pessoas de direitos, mesmo dentro dos movimentos de mulheres.

[Collins] – Aqui (Unidade de Triagem) não tem essa coisa de trabalho de homem e trabalho de mulher, todo mundo precisa fazer de tudo. A mulherada levanta fardo pesado, só pegar junto...já teve homem que queria ganhar mais, porque diz que trabalha mais pesado! E ficar o dia de pé na esteira, não é pesado, não?!

As mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem enfrentam rotinas pesadas, onde precisam dar contas de inúmeras dificuldades dentro e fora do ambiente de trabalho.

[hooks] - ...o dia a dia é puxado, mas não é todo dia que tem material para separar...quando não tem a gente faz mutirão de limpeza...juntar os rejeitos, lavar o galpão, limpar os banheiros. Tudo faz parte do trabalho.

Contudo, em memória resgatada do diário de campo, foi encontrado o registro realizado em diversos momentos de limpeza e manutenção do galpão, em razão da falta de resíduos a serem triados. E nessas várias ocasiões, os poucos homens trabalhadores da unidade de triagem se recusavam a realizar as tarefas juntamente com as mulheres. Geralmente, ficavam no lado de fora do galpão, deitados, dormindo ou fumando.

Angela Davis (2015) propõe a compreensão da realidade a partir da ótica das próprias mulheres, de como percebem seus afazeres. Neste caso, as tarefas relacionadas à limpeza, são “inferiores” do ponto de vista masculino. Contudo, as mulheres orgulham-se de realizar qualquer tipo de atividade, pegando no pesado ou assumindo a gestão do empreendimento.

Entretanto, em relação à “fragilidade” feminina, quando necessário a utilização de sua força de trabalho para contribuição no orçamento familiar, essa diferença é deixada de lado. Além do mais, a dupla jornada não garante a aquisição de recursos que equiparem as mulheres aos homens.

[Carneiro] – Meu filho é quem ganha mais em casa, paga as contas mais altas...assim diz que não precisa fazer mais nada...como meu salário é menor eu compro comida e ainda tenho que cozinhar. Tá sempre dizendo que meu trabalho é ruim, porque ganho pouco, mas foi o que ajudou ele a ter um trabalho bom. Meu filho é motorista e como ganha um pouco melhor, acha que não precisa ajudar na casa...

Mesmo a renda de [Carneiro] ter sido essencial para que o filho tivesse condições de alcançar um posto de trabalho formal, seu trabalho é inferiorizado. A conformidade em relação ao trabalho remunerado não reflete na igualdade de realização do trabalho doméstico, configurando-se no prolongamento das opressões sofridas pelas mulheres. De acordo com o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (IPEA, 2017), na realização das tarefas domésticas, 90% das mulheres responderam que realizam o trabalho da casa, número muito superior ao percentual de homens, onde 53% afirmaram realizar as atividades.

O trabalho e a remuneração das mulheres trabalhadoras da reciclagem, na maioria das vezes, são fundamentais para a manutenção de suas famílias; no entanto, essas mulheres não são valorizadas como provedoras. É possível observar uma hierarquia estabelecida nestas relações que desvaloriza o trabalho da mulher, refletindo as estruturas sociais vigentes.

Esta hierarquia condiciona as mulheres a cumprirem papéis pré-determinados, pois mesmo em casos onde há relações próximas da paridade no trabalho formal e à contribuição com o orçamento familiar, as mulheres são compelidas a assumir as funções relativas ao trabalho doméstico como limpar a casa, lavar, cozinhar e cuidar dos filhos.

Contudo, utilizando a interseccionalidade para compreender essas dinâmicas, ressaltamos que o gênero não é único fator utilizado para naturalização dos papéis, tampouco lançar um enfoque sobre a classe nos possibilita elucidar o entrecruzamento de opressões que permeiam a existência de uma parcela de mulheres. Sendo assim,

O horizonte de transformação que está colocado exige, nessa perspectiva, mais do que a superação do sexismo. Ao mesmo tempo, o enfrentamento do sexismo é limitado, como mostram essas análises, quando não se leva em conta que a “produção do gênero” se estabelece material e simbolicamente na intersecção entre gênero, classe e raça (BIROLI, 2015, p. 44).

Os efeitos do sexismo se acentuam nos corpos das mulheres negras. E conforme o que apontava Sojourner Truth, no século XIX, “a raça impõe à mulher negra a experiência de burro de carga da patroa e do marido. Para a mulher negra inexistente o tempo de parar de trabalhar” (AKOTIRENE, 2018, p. 22), sendo, comumente, apontada como possuidora de uma força superior a capacidade física das outras mulheres.

[Lorde] – Outro trabalho que tive, foi numa empresa, mas não durou muito... era pra ser vendedora, mas tinha que fazer tudo...era mais pra serviços gerais, tinha que limpar e arrumar o tempo todo. Diziam que umas gurias novas e fortes podiam fazer de tudo, ao invés de ficar parada esperando cliente entrar.

A sociedade brasileira se estruturou sobre os alicerces deixados pela escravidão, tornando-se o último país da América Latina a fazer parte formalmente da abolição. O Brasil até hoje relega a população negra aos piores postos de trabalho, e é a partir dessa herança estruturante da organização social brasileira que a raça indica a classe (CARNEIRO, 2002).

Angela Davis, em artigo para o Geledés³, confirma:

Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (DAVIS, 2011, p. 5).

Para Carneiro, o racismo fixa os negros em uma esfera social inferior aos brancos, sendo que “a interseccionalidade segue operando para estabelecer o lugar que deve ser ocupado pelas mulheres negras, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas” (CARNEIRO, 2013, p. 3). Ou seja, observa-se uma pirâmide social onde

³ GELEDÉS Instituto da Mulher Negra: fundada em 30 de abril de 1988. É uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa de mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira.

homens brancos ocupam o alto, seguidos por mulheres brancas, tendo abaixo homens negros e, na base da pirâmide estão as mulheres negras.

É importante salientar a complexidade das diferenças e esclarecer que a explicação acima tem intenção pedagógica. As existências são permeadas por multiplicidades e outras intersecções como sexualidade, religiosidade, geracionalidade, territorialidade etc., atuam nessas dinâmicas, sustentando as estruturas da pirâmide que é política-econômica-sócio-racial (BORGES, 2018).

Contudo, ocupar a base da pirâmide causa prejuízos sociais às mulheres negras, conferindo-lhes limitações ao acesso a bens materiais como educação, habitação, saúde; e danos causados pelo racismo, machismo, sexualização, intolerância religiosa etc. Essas múltiplas carências e opressões atuam de forma simultânea, agindo nos processos de subjetivação das mulheres negras, deixando-as mais vulneráveis na busca por seus direitos.

Em relação à ocupação dos postos de trabalho, no mercado de trabalho formal, se mantém a hierarquia da pirâmide, com homens brancos no topo e mulheres negras na base. A taxa de mulheres negras desocupadas, em 2015, chegou a 13,3%, sendo que a dos homens negros não alcançou 8,5%. E em relação às pessoas brancas, os homens obtiveram uma taxa de desocupação em torno de 7,8%, e de mulheres brancas chegou a 11,6%. Outro índice relevante é a desocupação de mulheres negras com ensino médio completo ou incompleto, que chaga a 17,4% (IPEA, 2017).

Quanto ao número de anos de escolarização, o diferencial de cor/raça ainda é significativo, segundo o estudo:

Se examinarmos a escolaridade das pessoas adultas, salta aos olhos também o diferencial de cor/raça. Apesar dos avanços nos últimos anos, com mais brasileiros e brasileiras chegando ao nível superior, as distâncias entre os grupos perpetuam-se. Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca (IPEA, 2017, p. 2).

A baixa escolaridade dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem é reflexo do processo histórico que afasta os negros e pobres das escolas. Essa é

mais uma das engrenagens agindo para gerar a invisibilidade desses trabalhadores. Invisibilidade que fica evidente nos olhos daqueles que olham.

[Lorde] – Quando a gente pega um ônibus todo mundo olha, quando chama o Uber, já vem todo desconfiado... o jeito é caminhar, andar de bicicleta...as pessoas ficam nos olhando, de cima abaixo...elas olham para gente e não nos veem...ninguém sabe o que a gente faz, que a gente faz coisas importantes também...

As trabalhadoras e trabalhadores da reciclagem sofrem os efeitos da invisibilidade social a qual está sujeita grande parcela da população pobre e negra das periferias. São sujeitos que veem sua existência infantilizada, na medida em que são impedidos de acessarem bens e serviços, senão com o auxílio da assistência social, que atua, em determinados eventos, como possuidores de sua representatividade.

[Carneiro] – Quando a gente começou a receber com depósito no banco, tivemos que fazer a conta na Caixa...fomos todos juntos, pra fazer de uma vez só. Lá na lotérica, a atendente nem olhou pra nossa cara...só deu tudo certo quando a Assistente Social foi junto. Só aí explicaram tudo que precisava levar e deu pra fazer...

Na fala da trabalhadora [Carneiro], temos acesso à discriminação sofrida na agência lotérica no momento em que os trabalhadores (as) da Unidade de Triagem Frederico Mentz buscaram o serviço bancário, para garantir seus direitos relacionados ao recebimento da remuneração. A exigência da Cooperativa pelo pagamento através de conta pessoal deu-se, pois, a partir daquele momento, passou a recolher o valor referente à Previdência Social. Ao negar o acesso à abertura de conta aos trabalhadores (as) da UT, a agência lotérica contribuiu para que eles (as) não acessassem seus direitos, corroborando para a reprodução da desigualdade social.

A atitude da lotérica de realizar o serviço bancário após a interferência da Assistente Social, evidencia discriminação com características interseccionais. Neste caso, a condição de trabalhadores (as) da reciclagem é um agravante, pois o trabalho com “lixo” é menosprezado pela maioria da população. Sendo assim, por sua aparência suja, má vestida, o trabalho com o lixo, com aquilo que é descartado

sem cuidado e geralmente “identificado como imundície; são discriminados” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 331).

Miura e Sawaia apontam que “tornar-se catador é mais um exemplo da inclusão diferenciada ou perversa, o que significa a inserção social dos excluídos, dos marginalizados, daqueles que não têm outro lugar na sociedade do trabalho a não ser como catadores de materiais recicláveis” (MIURA; SAWAIA, 2013, p. 331).

A inclusão social e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras da reciclagem muitas vezes vem carregada de preconceitos, que são externados pela população em geral. No entanto, aqueles sujeitos que não têm espaço de atuação em outros postos de trabalho, acabam por dar destino ao lixo que esta população que os relega produz, tornando-se sujeitos essenciais para a manutenção dos resíduos, beneficiando a sociedade e o meio ambiente.

6.1 O PARDO COMO DILEMA POLÍTICO

No item 5.1 desta dissertação, apresentei informações específicas sobre as cinco trabalhadoras que participaram de forma direta da pesquisa. No quadro, apresento o nome fictício das entrevistadas, onde realizei uma homenagem a cinco mulheres negras que contribuíram e ainda contribuem para debates sobre racismo, sobretudo contra mulheres negras. E ainda, informações como idade, estado civil, escolaridade, etnia/raça, orientação sexual e gênero.

Estas informações foram produzidas a partir das entrevistas das trabalhadoras, onde a autodeclaração foi devidamente transcrita, sobretudo acerca da etnia/raça, orientação sexual e gênero. A utilização da autodeclaração é o sistema igualmente utilizado em levantamentos realizados pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE), no preenchimento dos Censos Demográficos, que reúnem as características das populações e dos domicílios, no Brasil.

Na pesquisa realizada com as trabalhadoras da Unidade de Triagem Frederico Mentz procurou-se a participação de mulheres trabalhadoras, negras e que possuem renda abaixo do salário mínimo. No momento da aplicação da entrevista, optou-se por perguntas abertas, assim como não questionar as

declarações sobre etnia/raça, a menos que fosse solicitado algum esclarecimento que pudesse auxiliar no entendimento do que se pretendia conhecer de suas vidas.

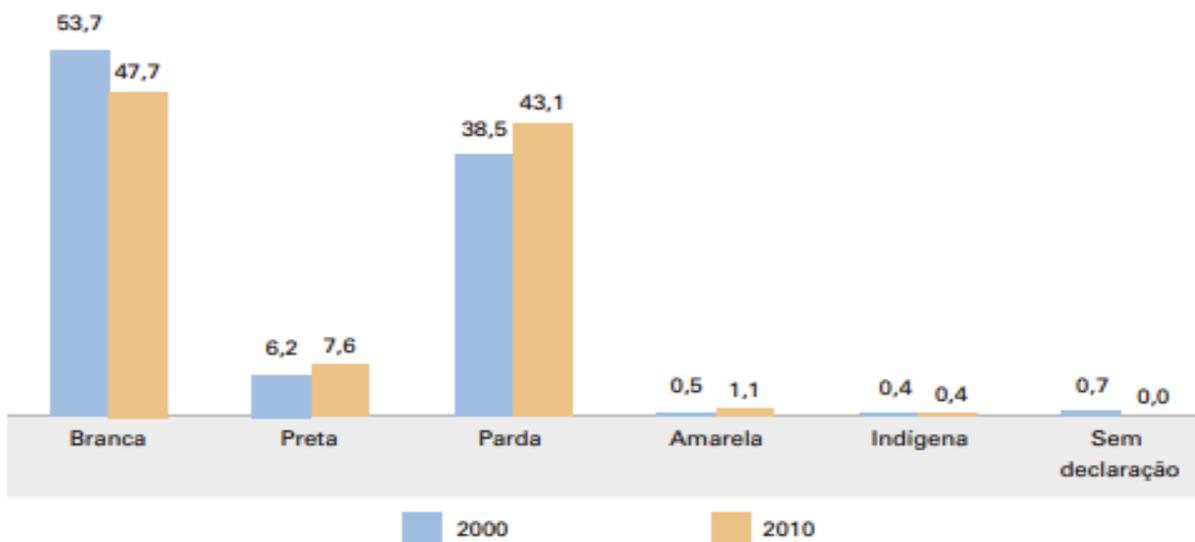
A explicação sobre este tema é pertinente, pois duas entrevistadas se autodeclararam 'pardas'; duas 'brancas' e uma 'negra'. A categoria 'pardo' foi incluída no Censo para que as pessoas que não se auto declaravam nem brancos nem pretos, pudessem encontrar uma categoria para se definir. Conforme indica Luiz Augusto Campos, autor do artigo 'O Pardo como Dilema Político (2013),

Desde o primeiro censo a categoria "pardo" foi incluída (nos casos em que foi incluída) para dimensionar o estrato da população que, de acordo com os organizadores dos censos não se classificaria nem como branco nem como preto. Logo, ela sempre foi pensada como uma categoria residual ou mesmo como um não rótulo. Mesmo durante as entrevistas feitas pelo IBGE nos dias de hoje, é comum que as pessoas tenham dúvidas em relação ao significado do termo pardo (CAMPOS, 2013, p. 83-84).

A inclusão da categoria pardo na classificação referente à cor/raça, nos Censos Demográficos, abre caminho para debates mais profundos acerca da complexidade que envolve os debates sobre a identidade negra. Campos (2013) aponta uma pesquisa proposta pelo IBGE, realizada em 2008, onde se buscou conhecer a partir dos brasileiros qual cor se definiam. Os resultados da sondagem apontaram uma "multiplicidade de rótulos, onde cerca de 90% da população questionada se classificou apontando 14 categorias: branca, morena, parda, negra, morena clara, preta, amarela, brasileira, mulata, mestiça, alemã, clara, italiana e indígena" (CAMPOS, 2013, p. 83).

Segundo o último Censo realizado em 2010, dos cerca de 191 milhões de brasileiros, 47,7% se auto declararam brancos, 7,6% se auto declararam pretos, 43,1% se auto declararam pardos, 1,1% como amarelos e 0,4% como indígenas (IBGE, 2010).

Gráfico 5 – Distribuição percentual da população residente, segundo a cor ou raça – Brasil 2000/2010



Fonte: IBGE (2010).

O censo de 2010 foi o último realizado para conhecer as características da população brasileira e através dos questionários realizados sobre cor/raça, o sistema utilizado pelo IBGE oferece à população as categorias branca, parda, preta, amarela e indígena. Contudo observamos no estudo realizado em 1998, citado anteriormente, que quando perguntada de forma aberta, a população pode indicar diversas formas de autodeclaração no que se refere à cor/raça.

Estudos e levantamentos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013b), quando realizados acerca de cor/raça, optam por utilizar apenas duas categorias: branca e negra, condensando pretos e pardos em uma única categoria. Contudo,

Esta junção, porém, não é casuística e tem origem na análise comparada dos indicadores sociais para cada um dos grupos individualmente. Estes se comportam sempre de maneira muito semelhante quando se observam os dados para pretos e pardos e radicalmente distintos quando se consideram estes dois grupos em comparação ao de brancos (IPEA, 2013b, p. 19).

Estudos apontam que pessoas autodeclaradas pardas e pretas se encontram em condições sociais e econômicas semelhantes, ou seja, na base da pirâmide social. De acordo os movimentos negros, os brasileiros que se declaram pardos, são igualmente vistos como negros pelo restante da população, sofrendo o mesmo abandono e racismo que os que se declaram pretos (CAMPOS, 2013). Campos esclarece que o uso da classificação negro é utilizado pelos movimentos negros, sendo o uso do termo embasado na valorização da identidade negra.

A maior prevalência de autodeclaração como parda e não como preta pode ser apontada como uma questão histórica e política. Djamila Ribeiro salienta que a política de branqueamento, a qual o Brasil foi sujeito após o fim oficial da escravidão, contribuíram para o apagamento das origens africanas da população liberta (RIBEIRO, 2018).

Estas informações são relevantes pois ao longo deste trabalho me proponho a contar a trajetória de mulheres que através do cruzamento de gênero, raça e classe tem suas vidas marcadas por falta de oportunidades. Como vimos no processo de realização da pesquisa, tanto bibliográfica quanto empírica, que as vidas de mulheres negras são mais afetadas pelos efeitos da interseccionalidade.

Contudo, a autodeclaração de cor enquanto pardas faz parte de um processo que desqualifica pessoas de cor preta e a identidade negra. De acordo com a filósofa, as pessoas entendem que ser negro é uma coisa ruim, porque isso foi colocado pela sociedade: que ser negro é ruim. Muitas vezes os sujeitos que são miscigenados não querem falar que são negros, porque os valores ligados a negritude no Brasil estão ligados a coisas ruins, não estão ligados a coisas positivas. Então, as pessoas têm medo de falar, porque quanto mais claro você é melhor (RIBEIRO, 2018).

No Apêndice B, nos elementos pós-textuais desta dissertação, apresento depoimentos de pessoas que lidam diariamente como discriminações baseadas em sua cor de pele. Através das declarações percebemos como cada pessoa se autodeclara em relação à cor/raça e como se dá o processo de construção de suas identidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo conhecer as trajetórias de cinco mulheres trabalhadoras da Unidade de Triagem (UT) Frederico Mentz, com sede na Cooperativa de Educação Ambiental e Reciclagem Sepé Tiaraju (CEAR), em Porto Alegre. A Frederico Mentz é uma das 17 UT's que funcionam, de maneira formal, na capital, compondo a rota da coleta seletiva do município.

A produção dos dados foi possível através de observação participante, da rotina de trabalho, das reuniões organizativas e atividades de integração. A utilização de entrevista semiestruturada e conversas informais possibilitaram o acesso às experiências pessoais, assim como às relacionadas ao trabalho, levando em conta as especificidades do trabalho cooperativado.

A leitura destas realidades foi proposta através do conceito de interseccionalidade. Este conceito, que também é uma ferramenta de análise, proporcionou a compreensão dos efeitos do cruzamento de gênero, raça e classe nas trajetórias das trabalhadoras, evidenciando os mecanismos que operam em suas vidas, produzindo opressão e desigualdade social. Através dos depoimentos identificamos as naturalizações que estão marcadas de forma profunda em nossa sociedade, onde a divisão sexual e racial do trabalho se reproduz.

A inserção no trabalho cooperativo ou associativo se apresenta como alternativa para geração de renda e potência na luta pela desigualdade social, abrindo as portas para mulheres pobres e negras, que não encontram oportunidades em outros espaços de trabalho. As cooperativas de reciclagem compõem o segmento da Economia Solidária, assumindo a responsabilidade de proporcionar a seus associados um espaço político, de inclusão social e que pretende atuar de forma solidária e autogestionária.

A economia solidária é composta por empreendimentos dos mais diversos segmentos, em todo o Brasil, e a predominância de atuação das mulheres em empreendimentos de porte menor, com menos do que 50 associados, é observável em estudos e mapeamentos (KUYVEN; KAPPES, 2013; PEREIRA; GOES, 2016; IPEA, 2016). Ambientes associativos buscam proporcionar aos trabalhos vinculados aos empreendimentos o sentido de solidariedade, onde as experiências de cada um

(a) são importantes. São espaços que se constituem ao manter a possibilidade de participação de seus membros, estimulando a democracia e a autonomia, tornando-se um ambiente com viés social, político e econômico.

Essas características, apesar de nem sempre presentes na prática diária em todos os grupos, se tornam atrativas para mulheres pobres negras trabalhadoras. Elas vivem em consonância com suas atividades domésticas, cumprindo as representações comportamentais e sociais às quais são impelidas, enquanto buscam representar outras mulheres que ainda não usaram a sua voz, atuando de forma política e social.

As relações sociais sexistas atuam para que as mulheres permaneçam em condições de subordinação, mesmo de modo sutil nas associações e cooperativas que têm discurso de igualdade. Exemplo dessa contradição é a limpeza das instalações, que fica com as mulheres, o homem sub-repticiamente sendo considerado superior na hierarquia social (descansando do trabalho pesado enquanto elas limpam).

Através da pesquisa bibliográfica e empírica foi possível comprovar o maior envolvimento de mulheres nas associações e cooperativas, com a produção, tendo contato direto com os resíduos; e na gestão/coordenação dos grupos. Contudo, as opressões relacionadas ao gênero, raça e classe também são encontradas em empreendimentos caracterizados pela solidariedade, equidade e cooperação, visto que refletem as formas opressoras existentes no contexto social e ali reproduzidas.

Portanto, a criação de práticas que não reproduzam o sexismo e machismo dentro dos empreendimentos é um desafio aos grupos que compõem a Economia Solidária. Para acabar com a reprodução das discriminações faz-se necessário pensar conjuntamente as formas de dominação, de gênero, de raça e de classe, e debatê-las entre os trabalhadores e trabalhadoras associados (as).

A atuação de técnicas e técnicos, a exemplo da assistente social mencionada pelas mulheres, teria de ser sensível a essas questões, mas nem sempre tais profissionais tiveram uma formação sensibilizadora para as questões de gênero. Destaca-se a importância de os conteúdos sobre as relações de gênero compor os currículos da formação tanto no Serviço Social, na Psicologia, na Administração, na

Pedagogia (profissões que eventualmente atuam nos empreendimentos, na condição de assessoria) como em outros campos disciplinares.

Neste sentido, destaca-se a importância do trabalho teórico-analítico de feministas negras, pois ele contribui de forma a evidenciar as opressões sobre as mulheres e suas combinações de gênero, raça e classe, podendo subsidiar a formação crítica dos quadros que vão atuar na assessoria aos empreendimentos de reciclagem. O olhar interseccional sobre as discriminações contribui para ultrapassar os obstáculos da invisibilidade que arrebatou a vida de muitas mulheres (RIBEIRO, 2016), auxiliando na tarefa de combate às desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é Interseccionalidade?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALMEIDA, S. L. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- ALVAREZ, S. E.; FRIEDMAN, E. J.; BECKMAN, E.; BLACKWELL, M.; CHINCHILLA, N. S.; LEBON, N.; NAVARRO, M.; TOBAR, M. R. Encontrando os feminismos Latino-Americanos e Caribenhos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003, p. 541-575.
- ANDRADE, A. N.; MORATO, H. T. P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Estudos de Psicologia**, v. 9, n. 2, 2004, p. 345-353.
- ARCOVERDE, M. T. B. Gênero e interseccionalidade: chaves de leitura para um feminismo latino-americano. **Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina**, 2016. Disponível em: https://sites.usp.br/prolam/wp-content/uploads/sites/35/2016/12/ARCOVERDE_SP22-Anais-do-II-imp%C3%B3sio-Pensar-e-Repensar-a-Am%C3%A9rica-Latina1.pdf. Acesso em: 16 Jan. 2018.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1999, 178p.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades, **Mediações**: Londrina, v. 20, n 2, 2015, p. 27 – 55.
- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. In: ENCONTRO DA ANPOCS, 39., 2015, Caxambu. **Paper...** Caxambu, 2015a.
- BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/lei-12-305-2010-pnrs/view>>. Acesso em: nov. 2016.
- BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-moderno. **Cadernos PAGU**, n. 11, 1998, p. 11 – 42.
- _____. **Cuerpos que importan**. Sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Bs As. (Argentina). Paidós, 2012.

_____. **Problemas de Gênero** – Feminismo e Subversão da Identidade. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CABRAL, N. G.; VARGAS, I. C., FAGUNDES, I. C.; SANTOS, F. B.; RIBEIRO, N. C. Do lixo à reciclagem: ressignificando saberes e fazeres. **Diálogo**, Canoas, n. 31, 2016, p. 31-45.

CAMPOS, L. A. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, n. 62, 2013, p. 80-91.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, set./dez. 2003, p. 117-132.

CARNEIRO, S. Movimento Negro no Brasil: novos e velhos desafios. **Caderno CRH**, Salvador, n. 36, 2002, p. 209 - 215.

CATTANI, A. D. Emancipação Social. In: HESPANHA, P. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 175-180.

CHERFEM, C. O. **Consustancialidade de gênero, classe e raça no trabalho coletivo/associativo**. 2014. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

CHERFEM, C. O. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor. (In.) PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, 562 p.

COLLINS, P. H. Intersectionality: a knowledge project for a decolonizing world? **Comunicação ao colóquio internacional Intersectionnalité et Colonialité: Débats Contemporains**, Université Paris Diderot, 2014.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Revista Parágrafo**, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/07/01.pdf>. Acesso em: 04 Out. 2017.

COMBAHEE RIVER COLLECTIVE. A black feminist statement. In: MORAGA, Cherrié; ANZALDÚA, Gloria (Eds.). **This bridge called my back: writings by radical women of color**. Berkeley, CA: Bookpeople (Kitchen Table), 1981, p. 210-218.

CORAGGIO, J. L. Problematizando la economía solidaria y la globalización alternativa. **Presentación en el II Encuentro Internacional sobre Globalización de la Solidaridad**, 2001. Disponível em: <<http://www.fronesis.org/>>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, 2002, p. 171-188.

DAVIS, A. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em: 23 de dez. 2018.

DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe**. 1. Ed, São Paulo: Boitempo, 2016.

DMLU. Departamento Municipal de Limpeza Urbana. **Caminhos do lixo**. Unidades de triagem. 2015. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113>. Acesso em: 25 Jun. 2017.

FALKEMBACH, E. M. F. Diário de Campo: um instrumento de reflexão. **Contexto e Educação**. Universidade de Ijuí. v. 2. v. 7, jul. /set., 1987, p. 19-24.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.fbes.org.br>>. Acesso em: 07 de Jan. 2019.

FRASER, N. Políticas feministas na era do conhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In. BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, C. **Gênero, democracia e sociedade brasileira** (Orgs.). São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Editora 34, 2002, p. 59 – 78.

GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2004.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, jul. /dez. 2003, p. 181-211.

_____. Eficiência. In: HESPANHA, P. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 169-174.

_____. Empreendimento Econômico Solidário. In: HESPANHA, P. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 181-187.

_____. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003, p. 135-143.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In.: BAUER, M. W., _____. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 5.ed. Petrópolis: RJ, Vozes, 2002. p. 64-89.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, M. G. M. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola, São Paulo: 1997.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Revista Ciências Sociais Hoje, **Anpocs**, 1984, p. 223-244.

FRANCO, G. M. **Autogestão**: o cotidiano de uma Cooperativa de Reciclagem em um estudo etnográfico. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba, São Paulo, 2017, 114f.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, 2015, p. 97-128.

IANNI, O. **Raças e classes sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23299-pobreza-aumenta-e-atinge-54-8-milhoes-de-pessoas-em-2017>. Acesso em: 12 de Mar. 2019.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos**. Brasília: Ipea, 2010.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ...** [et al.]. – 4. ed. - Brasília: Ipea, 2011. 39 p.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Situação Social das Catadoras e dos Catadores de Material Reciclável e Reutilizável**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.] - Brasília: Ipea, 2013a. 76 p.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. MARCONDES, M. M. (Org.) [et al.]. – Brasília: Ipea, 2013b. 160 p.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socio estruturais dos empreendimentos. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada: Brasília, 2016. 48 p.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. IPEA: Brasília/DF, 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualda_des_de_genero_raca.pdf>. Acesso em: 17 de out. 2018.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos**. Tradução de Bianca Tavorari, 2012, p. 45-58.

KUYVEN S.; KAPPES, S. A. **II Mapeamento da Economia Solidária**. Região Sul: Resultados do segundo Mapeamento Nacional. São Leopoldo: UNISINOS, 2013.

LAVILLE, J.; GAIGER, L. I. Economia Solidária. In: HESPANHA, P. et al. (Coord.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 162-168.

MOUFFE, C. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. **Revista Debate Feminista**, 1993, p. 3 – 22,.

MEDEIROS, L. F. R.; MACEDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? **Psicologia e sociedade**, n. 18, v. 2, 2006, p. 62 – 71.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO; SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Brasília: SENAES, 2015. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 25 de Jul. 2018.

MIURA, P. O.; SAWAIA, B. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia e Sociedade**, n. 25, v. 2, 2013, p. 331-341.

MNCR – Movimento Nacional de Catadores(as) de Material Reciclável. **Carta de Caxias do Sul**. 2012. Disponível em: <www.mncr.org.br>. Acesso em: 12 de jun. 2018.

_____. **Mulheres da Comissão Nacional mobilizam núcleos de gênero**. 2017. Disponível em: <<http://www.mncr.org.br/noticias/noticias-regionais/mulheres-da-comissao-nacional-mobilizam-nucleos-de-genero>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

MOTTA, D. C. **Desvendando o nó**: a experiência de auto-organização das mulheres catadoras de materiais recicláveis do Estado de São Paulo. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, 2000, p. 9 – 41.

PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis**: um encontro nacional. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 21-44.

PEREIRA, E. K. G. **Tecendo redes a partir da articulação entre Economia Solidária, Feminismo e Agroecologia**: novas perspectivas de desenvolvimento

alternativo no semiárido potiguar. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba. 216 f. 2016.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008, p. 263-274.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Volume 1 – Diagnóstico e Prognóstico**. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://proweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/pmgirs_porto_alegre_volume_1.pdf> Acesso em: 14 de jan. 2019.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório: uma perspectiva brasileira. **SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 13, n. 24, 2016, p. 99 – 104.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?**. 1. ed.—São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, 2006, p. 801-811.

SANT'ANA, D.; METELLO, D. Reciclagem e inclusão social no Brasil: balanços e desafios. In.: PEREIRA, B. C. J.; GOES, F. L. (Orgs.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 21-44.

SANTOS, I. C.; OLIVEIRA, E. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 26, n. 1, 2018, p. 1 – 4.

SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de gênero: Gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. **Mediações**, Londrina, v. 20 n. 2, 2015, p. 56-96.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, 2004, p. 35-50.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SILVA, S. P. A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária. **Texto Para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SILVA, S.; GOES, F.; ALVAREZ, A. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável**. Brasília: Ipea, 2013.

SILVA, A. R. **O ser e o estar catador: experiências sociais no trabalho e nas tramas urbanas**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 248 f. 2018.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 83-127.

SOUZA, J. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

TOURAINÉ, A. **A crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

VERONESE, M. V. Associativismo entre catadores de material reciclável urbano. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 6, n. 1, 2016, p. 213-236.

VIGOYA, M. V. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**, n. 52, 2016, p. 1–17.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICE A – TÓPICO GUIA

- ✓ Qual a idade;
- ✓ Em relação ao sexo/gênero, como se autodeclara;
- ✓ De acordo com a raça/cor, como se autodeclara;
- ✓ Até que ano foi na escola (escolaridade);
- ✓ Onde vive (bairro, cidade);
- ✓ Que profissão se autodeclara;
- ✓ Situação familiar/marital;
- ✓ Em relação à orientação sexual, como se autodeclara (se relaciona com homens e/ou mulheres);
- ✓ Número de filhos;
- ✓ Quantas pessoas contribuem com a renda familiar;
- ✓ Quem realiza o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos;
- ✓ Contar um pouco sobre a história de vida, infância, vivências, tudo que julgar importante;
- ✓ Em que seus pais trabalhavam;
- ✓ Com que idade começou a trabalhar;
- ✓ Contar sobre suas experiências de trabalho anteriores;
- ✓ Quanto tempo está na cooperativa e como acabou chegando naquele local de trabalho;
- ✓ Qual função desempenha e explicar o que é a atividade;
- ✓ Como começou a trabalhar na reciclagem;
- ✓ O que pensa sobre o trabalho na separação de resíduos;
- ✓ O que acha sobre o número de mulheres na cooperativa ser maior que de homens;
- ✓ O que acha sobre a gestão da cooperativa ser realizado por uma mulher;
- ✓ O que acha da divisão de tarefas no trabalho da cooperativa;
- ✓ Já foi impedida de realizar alguma atividade por ser mulher;
- ✓ Já passou por algum tipo de discriminação dentro ou fora do espaço de trabalho, pedir para contar;

APÊNDICE B – PARDO, PRETO OU NEGRO

Quando me descobri negra, por Bianca Santana

Tenho 30 anos, mas sou negra há apenas dez. Antes, era morena. Minha cor era praticamente travessura do sol. Era morena para as professoras do colégio católico, para os coleguinhas – que talvez não tomassem tanto sol – e para toda a família que nunca gostou do assunto. “Mas a vó não é descendente de escravos?”, eu insistia em perguntar. “E de índio e português também”, era o máximo que respondiam. Eu até achava bonito ser tão brasileira. Talvez por isso aceitasse o fim da conversa.

Em agosto de 2004, quando fui fazer uma reportagem na Câmara Municipal, passei pela rua Riachuelo, onde vi a placa “Educafro”. Já tinha ouvido falar sobre o cursinho comunitário, mas não conhecia muito bem a proposta. Entrei. O coordenador pedagógico me explicou a metodologia de ensino com a cumplicidade de quem olha um parente próximo. Quando me ofereci para dar aulas, seus olhos brilharam. Ouvei que, como a maioria dos professores eram brancos, eu seria uma boa referência para os estudantes negros. Eles veriam em mim, estudante da Universidade de São Paulo e da Faculdade Cásper Líbero, que há espaço para o negro em boas faculdades.

Saí sem entender muito bem o que tinha ouvido. Fui até a Câmara dos Vereadores, fiz a entrevista e segui minha rotina. Comecei a reparar que nos lugares que frequento as pessoas também não tomam tanto sol. O professor do Educafro toma. Será por isso que ele me tratou com tanta cumplicidade?

Pensei muito e por muito tempo. Não identifiquei nada de africano nos costumes da minha família. Concluí que a ascensão social tinha clareado nossa identidade. Óbvio que somos negros. Se nossa pele não é tão escura, nossos traços e cabelos revelam nossa etnia. Minha mãe, economista, funcionária de uma grande empresa, foi branqueada como os mulatos que no século XIX passavam pó de arroz no rosto porque os clubes não aceitavam negros.

Eu fui branqueada em casa, na escola, no cursinho e na universidade. É como disse Francisco Weffort: o branqueamento apaga as glórias dos negros, a memória dos líderes que poderiam sugerir caminhos diferentes daquele da humilhação cotidiana, especialmente para os pobres. Ainda em busca de identidade,

afirmo com alegria que sou negra há dez anos. E agradeço ao professor do Educafro que pela primeira vez, em 21 anos, fez o convite para a reflexão profunda sobre minhas origens.

Fonte: Disponível em: <https://www.revistaforum.com.br/semanal/quando-descobri-negra-descoberta-de-todos-nos/>. Acesso em: 19 de Mar. 2019.

Djamila Ribeiro, filósofa, feminista e acadêmica: "Muitas vezes a sociedade racista vai privilegiar esses negros de pele mais clara, até no sentido de serem convidados para falarem de certos temas, a ocuparem certos postos que são importantes para a população negra. Isso gera tensões. Mas é importante elas (as mais escuras) entenderem que isso não é responsabilidade dessas pessoas (mais claras), isso é um mecanismo criado por um sistema racista para nos dividir"

Fonte: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42033002>. Acesso em: 19 de Mar. 2019.

Mariene de Castro, cantora e atriz: "Eu sou preta, negra, nega, neguinha, pretinha, mulata, cabocla, crioula..., mas de verdade, no meu registro, consta que sou parda. Isso é cor? Quando ouço essa nomenclatura, minha alma afrodescendente arrepiã. Sou toda a mestiçagem do meu povo que se misturou e assim surgiu; alguém com traços de índio, negro e de rebarba, português. Mas como não? Se assim foi o jeito que tudo se sucedeu. Não me ofendo com nomenclatura, me ofendo com o desrespeito, alheio, com todo e qualquer tipo de racismo e preconceito. Minha mãe de criação é albina; pele clarinha, olhos claros, cabelo esbranquiçado. Quem há de dizer que ela não é negra? E ela com pele clara já foi tão atacada e ofendida por ser assim. Nascida pelas mãos do criador, assim como eu, como você."

MC Marcinho, cantor de funk: "Preto é cor, negro é raça; mas tudo varia da intenção em que é dita. Nós do Funk já somos rotulados por diversos 'pré-conceitos'. Não importa a denominação, precisamos mesmo é de respeito. Eu exijo respeito, sempre."

Maurício Poeta, vocalista do grupo Puro Acaso: "Pra mim, negro é mais adequado, quando se refere a raça, mas preto não está errado uma vez que a raça 'supostamente oposta' é branca. Não é o termo que ofende; é a maneira como é empregado. Com respeito, negro ou preto não faz diferença. Eu sou um pretinho tipo A!"

Modou, estudante de Geografia: "O correto é negro. Preto é cor. Lá em Senegal usamos a língua wolof, não tem esses termos. Falo inglês, francês e espanhol e nunca me referi a outro 'irmão' como preto."

Ynaê Lopes, professora da Escola Superior de Ciências Sociais e História da FGV. "Discutir que termo é mais adequado para se referir aos negro(a)s e/ou preto(a)s brasileiros é, por um lado, discutir o caráter estruturante do racismo na sociedade brasileira. Historicamente, os dois termos carregam as pechas da instituição escravista e das políticas racistas que marcaram a trajetória de exclusão dos afrodescendentes no Brasil, tendo sido utilizados como forma de menosprezar tais pessoas nas mais diferentes formas e situações. Dessa feita, a escolha mais adequada está vinculada às formas por meio das quais negro(a)s e preto(a)s do Brasil se identificam e se compreendem como indivíduos. É a voz negra e preta (na sua multiplicidade) que precisa ser respeitada."

Fonte: Último Segundo - iG @ <https://ultimosegundo.ig.com.br/colunas/afro-igualdade/2017-06-01/negro-ou-preto.html>. Acesso em: 19 de Mar. 2019.

Fernanda Sousa, negra e estudante de Letras (FFLCH-USP). Escreve na Afroteca, uma iniciativa para enegrecer o conhecimento.

A vida inteira me vi e me considerei uma mulher parda, morena, mulata, mestiça, mas jamais, em hipótese alguma, negra. Apesar de ter tios e primos negros, além da minha falecida avó ser negra, não me reconhecia como tal por não achar que meus pais fossem negros, pois acreditava na ideia de que negras eram somente aquelas pessoas que tinham a pele mais escura e o meu pai e a minha mãe poderiam ser vistos, inclusive por eles mesmos, como mestiços e não como negros. É aí que temos uma das grandes sutilezas e ao mesmo tempo um dos

maiores problemas para a conscientização racial no país: o mestiço. O mestiço, como uma categoria intermediária entre o branco e o negro, é resultado do longo processo de mestiçagem que marca o Brasil. Mestiço aqui deve ser entendido principalmente como alguém filho de um casal inter-racial (no caso, me refiro à união entre um negro/a e um branco/a) e também pode, para facilitar a compreensão desse texto, ser entendido como alguém que, ainda que não seja filho/a de um casal inter-racial e sim de pais negros, tem a pele mais clara e teve/tem dificuldade de assumir-se como negro. Mais uma vez reitero: esse alargamento do conceito de “mestiço” é apenas para ajudar no entendimento do texto e não ter que utilizar a expressão “não-brancas” porque abarca outras etnias, como a indígena e nem “pardos”, pois acho politicamente inócuo para um texto que vai discutir, sobretudo, a mestiçagem e a dificuldade de se afirmar uma identidade étnico-racial.

A mestiçagem constitui o pilar do mito de democracia racial, cuja ideia central é de que somos mestiços, fruto da mestiçagem entre as três raças – branca, indígena e negra – que ocorreu através de um contato e de uma convivência harmoniosa entre as três – esquecendo-se que esse processo teve início a partir do estupro da mulher negra escravizada pelo senhor de engenho e não há nada de harmonioso nisso – e, nesse sentido, aqui não existe tanta discriminação e preconceito racial e as pessoas se reconhecem antes como brasileiras do que a partir de uma identidade étnico-racial de oprimido, pois o mito da democracia racial dissolve, atenua e encobre as tensões, conflitos e preconceitos raciais presentes no Brasil, como aponta Kabengele Munanga (2004).

Isso pode ser exemplificado pelos discursos daqueles que se opõem às cotas raciais porque “somos todos mestiços” ou porque no Brasil “é difícil saber quem é negro” (embora a polícia saiba muito bem quem é ou não, ainda mais nos últimos tempos, com tantos negros sendo assassinados nas periferias, né?), além do discurso, muito conveniente para quem está montado em cima de uma série de privilégios e que nunca foi oprimido, de que “o preconceito está na cabeça de quem vê”, chegando ao extremo de dizer, numa demonstração de completa má fé e ignorância, de que “o racismo foi inventado pelos próprios negros”. Afinal, somos vítimas de uma discriminação inventada e consolidada historicamente por nós mesmos e não tem nada a ver com o desenvolvimento do capitalismo comercial a partir da expansão europeia no século XV, que teve como resultado o contato dos europeus com populações não-brancas, como as africanas, em que o racismo foi

construído ideológico e politicamente enquanto sistema de exploração e dominação a partir da negação da humanidade do negro, que assim, então, justificava a escravização de milhões de africanos.

O mito da democracia racial, aliado ao ideal de branqueamento, remodelado, sustentado e difundido por aparelhos ideológicos como escola, família e mídia, que veiculam valores que reforçam uma suposta superioridade racial e cultural branca, torna um desafio o processo de afirmação de uma identidade negra em uma sociedade racista como o Brasil. Desafio não só porque o negro é inferiorizado, discriminado e invisibilizado constantemente, mas também pela mestiçagem, que cria um contínuo de cor em que se expressam diferentes tons de pele, existindo então, como muitas pessoas dizem, os “negros mesmos”, os “negros de verdade” (pessoas de pele mais escura) e os “mestiços”, “café com leite”, “moreninhos” (pessoas de pele mais clara). Estes, por sua vez, em um país racista, onde o branqueamento é um valor e um modelo hegemonicamente estabelecido ao qual se deve buscar atingir, tendem a negar e não afirmar qualquer identidade ligada à negritude, buscando, a todo custo, se embranquecer, uma vez que internalizam uma autoimagem negativa de si, reforçada, por exemplo, por uma mídia que exalta e propagandeia apenas a beleza de mulheres brancas.

Nesse sentido, busca-se apagar, inutilmente, qualquer traço que remeta a uma afrodescendência a começar pelo alisamento do cabelo, estimulado, muitas vezes, desde a infância, o que atinge centralmente as mulheres. Aí temos um impasse, na medida em que a brancura se configura principalmente como um conjunto de características que inevitavelmente estão ligadas a fatores biológicos (cor da pele, cabelo liso, etc.) que uma mulher mestiça nunca vai atingir de uma maneira que não fique “artificial”, além de nunca ser considerada como branca, afinal, mesmo alisando o cabelo, a cor da pele e traços como boca e nariz ainda vão remeter a uma negritude que se tenta tanto negar. O ideal tão divulgado e inculcado é, então, impossível de ser atingido e constitui uma das maiores angústias e também uma forma de violência que destrói a autoestima de muitas mulheres. Não sendo branca e não se considerando negra, como fica o processo de afirmação de uma identidade étnico-racial de uma mulher mestiça ou o que podemos chamar posteriormente de mulheres negras de pele mais clara? Aí que eu entro novamente na história.

Desde os oito anos de idade o meu cabelo começou a ganhar muito volume, mostrando-se crespo e o mantive assim desde então, até que, após várias pessoas,

inclusive minha mãe, me incentivarem a “domar” o cabelo e “abaixar o volume”, fiz relaxamento por duas vezes, quando tinha uns 12 anos ou 13 anos. Além dos produtos federem, sentia que antes estava agredindo o meu cabelo do que cuidando dele, mas como era preciso abaixar o volume, afinal, “cabelo crespo dá muito trabalho”, acabei me conformando com a situação. Para radicalizar então, uma vez fiz chapinha e ao me olhar no espelho achei que havia ficado horrível, porque eu achava que um cabelo liso não combinava com alguém com lábios tão grossos e com um nariz como o meu. Tudo me soava desproporcional e me sentia feia. Até hoje olho com certo desgosto minha foto da formatura do ensino fundamental, onde estou de cabelo liso. Daí pensei: “bom, se cabelo liso em mim fica feio e eu não gosto do meu cabelo relaxado, vou assumi-lo tal como ele é e assim serei bonita”. Comuniquei à minha mãe sobre essa decisão e ela disse que não tinha problema, embora vez ou outra me dissesse que eu deveria fazer relaxamento de novo.

Ao chegar ao ensino médio, com o meu cabelo, aos poucos, perdendo a química do relaxamento, ainda não me sentia bem comigo mesma e, pra piorar, fui chamada de “Maria Bethânia” algumas vezes na rua e uma vez me perguntaram se eu não sabia o que era um pente. Por não me ver como negra, não me sentia alvo de discriminação racial, mesmo que falassem que eu tinha “bocão” ou de alguma maneira falassem mal do meu cabelo ou até mesmo “brincassem” com ele de um jeito que me incomodava profundamente, como tentar “esconder”, sem eu perceber, lápis e canetas nele. Ainda que pudesse ser duramente criticada, eu não sentia vergonha do meu cabelo, até porque uma das minhas primas, cabeleireira de salão voltado para o cabelo afro e crespo, me incentivava a procurar deixá-lo natural e eu então considerava que cuidar do meu cabelo era algo crucial para a minha autoestima. Ao longo do ensino médio, permitia que as pessoas me chamassem de morena ou mulata e achava que isso era até mesmo um elogio, pois ainda não percebia a carga de hiperssexualização e objetificação que essas palavras traziam. Enfim, nesse período eu tinha não qualquer possibilidade de me assumir como negra, ainda que fosse minimamente consciente a respeito do racismo. Havia os negros e negras e havia eu, no limbo entre não ser branca, mas também não me considerar negra.

Ao entrar na Universidade de São Paulo, no curso de Letras, um mundo novo se descortinou pra mim, onde tive meu primeiro contato não só com os veteranos, professores e calouros assim como eu, mas também com o movimento estudantil,

com o feminismo e com inúmeras outras discussões e movimentos que eu desconhecia. Processo de descobertas, sustos, surpresas, em que comecei a me entender não apenas como uma simples estudante, mas também como um sujeito político e, depois de me envolver com o coletivo feminista do curso, me entendia também como uma mulher consciente sobre machismo, oprimida por ele e que também deveria lutar contra isso. Foi então a partir da amizade desenvolvida com uma mulher negra, também estudante de Letras, a Mayara, a quem dedico esse texto, foi que comecei o meu processo de “tornar-se negra” (SOUZA, 1990), isto é, ter consciência da minha negritude, na medida em que ela me via como uma mulher negra, me considerava sempre dessa maneira e conversava muito sobre racismo comigo. Ser percebida pelo outro como negra e ao mesmo tempo ainda não me perceber dessa maneira me fez refletir muito.

No próprio coletivo feminista, majoritariamente composto por mulheres brancas, percebia que a maioria das meninas me considerava uma mulher negra e uma delas, inclusive, me disse que eu deveria ajudar a construir e a liderar a atividade da calourada sobre a representação da mulher negra na literatura brasileira, pois havia poucas mulheres negras ativas no coletivo e eu era uma delas. Eu fiquei surpresa quando ouvi isso, pois ainda não me considerava negra. (Essa pessoa que me disse isso talvez até hoje não saiba a importância que teve nesse processo pra mim, mas ao ler esse texto, espero que se reconheça aqui e saiba da minha gratidão). Depois de muito refletir, concluí o que era evidente pra todos, menos pra mim: “Eu sou uma mulher negra! Preciso me assumir!” Construindo a atividade sobre a mulher negra e podendo contar com a ajuda das demais meninas, que sempre foram legais comigo e muito contribuíram para o que eu sou hoje com as inúmeras reuniões auto-organizadas, pude, então, de fato, me sentir uma mulher negra, me assumir dessa maneira e falar a partir desse lugar. Se me chamam ou me falam que sou morena, hoje corrijo sem o menor problema: “Não, não sou morena, sou negra.”

Foto da atividade sobre a representação da mulher negra na literatura brasileira, organizada pelo coletivo feminista Marias Baderna, na semana de recepção aos calouros de 2013.

Eu entendo que o processo de “tornar-se” negra é, primeiramente, pessoal, mas assume também uma dimensão política-ideológica em uma sociedade eminentemente racista como a nossa, em que o branqueamento ainda se coloca

como um ideal, em que ser branco constitui um privilégio, em que a mestiçagem fragmenta a identidade étnico-racial na medida em que os mestiços tentam se aproximar mais de uma brancura inatingível do que de uma negritude que seja explicitamente assumida no seio das relações raciais do Brasil, se firmando tanto como resistência como uma maneira de lutar contra o racismo — antes que me entendam mal, é óbvio não me oponho à mestiçagem, até porque é um processo natural, mas é preciso pensar nas implicações que dela decorrem, muito mais políticas do que meramente biológicas, como o desejo de “clarear” a família e de diminuir o segmento propriamente negro da população (MUNANGA, 2004). É preciso ter consciência de que, independente de a sua pele ser mais escura ou mais clara, você ter traços que remetem a uma afrodescendência, a uma negritude, faz você ser parte da grande parcela da população brasileira que é oprimida pelo racismo. Assumir-se como uma mulher negra é uma atitude, sobretudo, política. Mulheres negras de pele mais escura ou mulheres negras de pele mais clara, nós não estamos nos espaços de poder, não estamos nas universidades dando aulas, não estamos na mídia como jornalistas, ou apresentadoras, não estamos nos cursos mais prestigiados, mas estamos limpando o chão desses espaços, estamos trabalhando como empregadas domésticas, estamos morando nas periferias, sendo desrespeitadas e invisibilizadas todos os dias.

Do alisamento ao black power, há em todas nós uma trajetória de superação e de resistência. E superar não significa esquecer, mas saber fazer da experiência ruim um aprendizado e um modo de transformar a si mesma. A nossa transformação é a afirmação de uma identidade negra, em permanente construção e constantemente desafiada a partir do momento em que precisamos nos impor em todos os espaços com nossos cabelos, nossa cor e nossas maneiras de ser, criando e construindo formas de resistir e de responder a olhares e discursos racistas e machistas, que tentam nos diminuir e nos objetificar simplesmente por sermos mulheres negras, pois nos atrevemos a sair da cozinha e da senzala para ocupar, ainda que não seja de uma maneira expressiva como desejamos, os espaços das universidades, das empresas e todos os demais espaços majoritariamente ocupados por brancos. Entretanto, sabemos que a nossa luta é grande, diária e para a vida inteira. Às mulheres negras que ainda estão na cozinha e nos demais trabalhos precarizados, cabe a nós também ajudar a libertá-las e se orgulharem de quem são, assim como cabe a nós incentivar as pessoas que, atraídas pela armadilha do

branqueamento, ainda não se assumiram como negras e sofrem tentando atingir o inatingível: se branquear. Isso tudo porque nossa identidade negra é, antes de tudo, uma identidade coletiva. Se a união faz a força, a união de nós, mulheres negras, nos faz, citando Elza Soares, “brigar sutilmente por respeito, briga bravamente por respeito, briga por justiça e por respeito, de algum antepassado da cor.”

Fonte: GELEDÉS. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/tornar-se-uma-mulher-negra-uma-identidade-em-processo-por-fernanda-souza/>>. Acesso em: 19 de Mar. 2019.